









# **RELATÓRIO DE GESTÃO – 2019**



### Elaboração

Diretores, equipe Técnica e chefes dos Departamentos, Núcleos e Divisões.

### Organização e Sistematização

Maria da Conceição Marques de Souza Elaine Nogueira

#### Revisão Técnica

Maria da Conceição Marques de Souza Vera Reis Brown

### FICHA CATALOGRÁFICA

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA **Relatório de Gestão – 2019**. Rio Branco: Sema, 2019

### **ENDEREÇO**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente Rua Benjamin Constant, nº 856, Centro, CEP: 69.900-160 - Rio Branco – Acre – Brasil

Fones: (68) 3224 8786/71 29/3990

E-mail; sema@ac.gov.br

Homepage: www.sema.ac.gov.br



Governador do Estado do Acre
Gladson de Lima Cameli

Vice-Governador do Estado do Acre Wherles Fernandes da Rocha

Secretário

Geraldo Israel Milani de Nogueira

Diretora Administrativa **Danielle Formiga Nogueira** 

Diretora Executiva Vera Reis Brown

Coordenador Técnico Roger Recco

Chefe do Departamento de Silvicultura Tayna Neri de Souza Bortoloso

Chefe da Divisão de Desenvolvimento Florestal Qualyson Souza de Lima

Coordenadora do Núcleo de Manejo Florestal Madeireiro Luciana Cristina Rôla de Souza

Coordenadora do Núcleo de Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros Patrícia Roth

> Chefe de Comunicação e Difusão Katiúscia Miranda

Chefe da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade Adriano Alex Santos e Rosário

Chefe da Divisão de Gestão Ambiental e Territorial Atila de Araújo Magalhaes

Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos James Silva de Messias

Chefe da Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis Luiz Fernando Silva Nogueira

Chefe do Departamento Técnico de Gestão do Juruá

Maurício Praxedes



## Sumário

Apr	esentação	6
1.	Aspectos Institucionais	7
2.	Estrutura Organizacional	8
3.	Competência das Diretorias	10
4.	Órgãos Colegiados	11
5.	Departamento de Meio Ambiente e Floresta	23
5.1	. Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – Cigma	23
	.1. Escritório Técnico do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de gularização Ambiental - PRA	23
	Projeto 1: Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programa de Regularização Ambiente PRA	
5.1	.2. Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto – Ucegeo	32
	Projeto 2. Monitoramento do Desmatamento e Queimadas Ilegais	33
5.1	.3. Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico	36
	Projeto 3. Gestão de Riscos de Desastres Ambientais	36
5.2	. Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidades - DAPBio	40
	Projeto 4. Gestão nas Unidades de Conservação Estadual	41
	Projeto 5. Consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – Sear	າp 49
5.3	. Divisão de Gestão Ambiental e Territorial – DGAT	51
	Projeto 6. Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE/Fase III	52
	Projeto 7. Plano de Gestão em Terras Indígenas – PGTIS	54
	Projeto 8. Desenvolvimento Rural Comunitário	56
5.4	. Divisão de Desenvolvimento Florestal – DDF	60
	Projeto 9. Manejo Florestal Sustentável Madeireiro – MFSM	61
	Projeto 10. Manejo Florestal Sustentável Não Madeireiro - MFSNM	65
	Projeto 11. Concessões Florestais – CF	70
5.5	. Divisão de Gestão de Recursos Hídricos - DGRH	73
	Projeto 12. Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos	74
	Projeto 13. Monitoramento da Qualidade da Água	77
	Projeto 14. Monitoramento Hidrometeorológico	79



5.6.	Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis - DEAPS	. 82
	Projeto 15. Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis	. 82
	Projeto 16. Projeto Agenda Ambiental na Administração Pública - A3p	. 84
	Projeto 17. Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos	. 85
6.	Departamento de Silvicultura - DS	. 90
6.1.	Divisão de Viveiros e Florestas	. 90
6.1.	1. Núcleo de Biofábrica	. 90
6.1.	2. Núcleo de Apoio ao PRA	. 91
	Projeto 18. Silvicultura	. 91
7.	Departamento Técnico de Gestão do Juruá – DTGJ	. 95
8.	Equipe Tecnica e Administrativa da Sema/2019	. 99



## **APRESENTAÇÃO**

Considerando que as transformações ambientais tomaram escalas globais, o papel da Amazônia é fundamental para o equilíbrio ecológico do planeta. Assim, a sociedade acreana tem a responsabilidade de cuidar do seu ambiente e manter os recursos naturais para as gerações futuras desta região, frente às mudanças ambientais globais, especialmente as influenciadas por atividade humana.

Esta responsabilidade se manifesta no comportamento individual e coletivo da sociedade acreana e se focaliza na Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema, que tem o papel de alertar e organizar a resposta da sociedade na esfera governamental estadual, considerando ser esta a responsável pelo Sistema de Meio Ambiente do Estado.

Nesse cenário, a busca da sustentabilidade visa conciliar o desenvolvimento econômico e a inclusão social, com o uso equilibrado e eficiente dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, o solo e os recursos florestais. Os desafios da Sema estão centrados em garantir o aperfeiçoamento das práticas de manejo para redução das emissões de gases de efeito estufa, a redução do desmatamento e queimadas ilegais e a implementação do Novo Código Florestal.

Para a superação a instituição apresenta um conjunto de diretrizes que nortearam as principais agendas em 2019, com a finalidade de dar suporte ao processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, com respeito às leis e manutenção dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações, contribuindo para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Assim, a Sema desenvolveu em 2019, com o apoio do seu corpo técnico, **18 projetos** com ações de suporte e fortalecimento do desenvolvimento socioambiental do Estado, conforme descrito neste relatório de gestão.

Geraldo Israel Milani de Nogueira Secretário de Estado de Meio Ambiente



#### 1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

#### SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ACRE

#### MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA) tem como missão a formulação de políticas públicas de Meio Ambiente, de forma a contribuir para a ação do Governo do Estado do Acre na área socioambiental, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

#### Quanto a Visão de futuro a SEMA pretende:

- Ser uma Secretaria reconhecida pelo desenvolvimento de políticas públicas ambientais e florestais de forma a promover uma Economia Sustentável no estado do Acre:
- Ser inovadora e parceira das causas ambientais e florestais, buscando a excelência nos serviços que presta a sociedade;
- Ser reconhecida pelo exercício de um papel geopolítico para além das fronteiras do Acre:
- Ser reconhecida como articuladora e conciliadora das políticas ambientais e florestais com as demais áreas da estrutura de governo

#### **COMPETÊNCIAS DA SEMA**

Nos termos do art. 32, inciso XVII, da lei de estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo compete a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA:

- a. Planejar, coordenar, executar e supervisionar as políticas estaduais de meio ambiente e o incentivo ao agronegócio;
- b. Planejar, coordenar, executar e desenvolver os instrumentos de gestão ambiental do território estadual, considerando o zoneamento ecológico econômico, o etnozoneamento, ordenamento territorial local, sempre no intuito do desenvolvimento econômico;
- c. Planejar, coordenar e executar a política estadual de educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos, biodiversidade e acesso aos recursos genéticos;
- d. Coordenar a gestão de unidades de conservação, de proteção e de uso sustentável, sempre com o objetivo de dar sustentabilidade econômica ao Estado e à sua população;
- e. Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao uso das florestas através de manejo florestal sustentável ou não, em escala empresarial, pequena escala e ainda ao setor madeireiro e não madeireiro;
- f. Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao reflorestamento para fins ambientais ou econômicos; desenvolver e articular a cadeia de valor de produtos florestais madeireiros e não madeireiros;
- g. Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de meio ambiente, floresta, serviços ambientais e do agronegócio;
- h. Produzir e publicar estatísticas, inventários e informações ambientais, florestais e do agronegócio no Estado, com o apoio da SEPLAN;
- i. Ordenar as despesas relacionadas a questão Indígenas; e
- j. Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao cultivo, plantio e cuidado de árvores e jardins urbanos.



#### 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para cumprir com a missão atual, a estrutura organizacional da Secretaria, assume uma forma mais horizontal com coordenações a partir de eixos temáticos e divisões temáticas, além de setores transversais ligados diretamente ao Gabinete do Secretário. Neste aspecto, a SEMA passou por uma reforma na sua estrutura organizacional. O Organograma da Atual Estrutura Funcional da SEMA (Decreto nº 3.899, de 29 de agosto de 2019), passou a ser:

- I Órgãos Colegiados:
- a) Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia CEMACT;
- b) Conselho Florestal Estadual CFE.
- II Gabinete do Secretário:
- a) Chefia de Gabinete;
- b) Controle Interno;
- c) Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural CAR e Programa de Regularização Ambiental PRA;
- d) Divisão de Tecnologia da Informação;
- e) Coordenadoria de Projetos Especiais;
- f) Fundo Estadual de Florestas FEF;
- g) Ouvidoria do SISA;
- h) Departamento Jurídico;
- i) Coordenadoria Técnica;
- j) Comunicação e Difusão.
- III Diretoria Administrativa:
- a) Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão:
- 1. Divisão de Planejamento e Convênios;
- 2. Divisão de Contratos e Licitações;
- 3. Divisão de Transporte e Logística;
- 4. Divisão de Gestão de Pessoas:
- 5. Divisão de Almoxarifado e Patrimônio;
- 6. Divisão Administrativa:
- 6.1. Núcleo de Protocolo;
- 6.2. Núcleo de Serviços Gerais;



- 6.3. Núcleo de Arquivos Institucionais.
- 7. Divisão de Orçamento e Finanças:
- 7.1. Núcleo de Empenho.
- IV Diretoria Executiva:
- a) Departamento de Meio Ambiente e Floresta:
- 1. Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis:
- 1.1. Núcleo de Arborização Urbana;
- 1.2. Núcleo de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- 1.3. Núcleo de Educação Ambiental.
- 2. Divisão de Gestão de Recursos Hídricos:
- 2.1. Núcleo de Gestão de Bacias Hidrográficas
- 2.2. Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico.
- 3. Divisão de Gestão Ambiental e Territorial:
- 3.1. Núcleo de Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE;
- 3.2. Núcleo de Etnozoneamento;
- 3.3. Núcleo de Desenvolvimento Rural comunitário.
- 4. Divisão de Desenvolvimento Florestal:
- 4.1. Núcleo de Manejo Florestal Madeireiro;
- 4.2. Núcleo de Concessão Florestal;
- 4.3. Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros.
- 5. Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade:
- 5.1. Núcleo das Unidades de Conservação Estaduais.
- b) Departamento de Silvicultura:
- 1. Divisão de Viveiros e Floresta:
- 1.1. Núcleo de Biofábrica;
- 1.2. Núcleo de Apoio ao PRA.
- c) Departamento Técnico de Gestão do Juruá.



### 3. COMPETÊNCIA DAS DIRETORIAS

#### **Diretoria Executiva de Meio Ambiente**

- Prestar orientações ao Secretário de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área técnica de competência da Secretaria;
- II. Assistir ao Secretário de Estado na coordenação, no monitoramento e na avaliação das atividades dos núcleos, divisões e departamentos integrantes da Secretaria:
- III. Promover a cooperação técnica e científica com entidades estaduais, nacionais e internacionais na área de sua competência; e,
- IV. Promover a articulação entre os núcleos, divisões e departamentos da área ambiental, visando à implementação da agenda ambiental e à identificação de mecanismos de articulação específicos das políticas públicas de meio ambiente.

#### **Diretoria Administrativa de Meio Ambiente**

- I. Formalizar e coordenar convênios institucionais;
- II. Coordenar os setores de Gestão de Pessoal, Informática e Suporte Técnico, Protocolo, Atendimento e Recepção, Copa, Transporte e Material;
- III. Apoiar as Divisões, Departamentos e Núcleos no âmbito das ações previstas no Plano Plurianual.



## 4. ÓRGÃOS COLEGIADOS

### Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

O Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, criado por meio da Lei nº 1.022 de 21/01/92, é o **órgão colegiado deliberativo e normativo**, que integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SISMACT, na condição de Órgão Superior. É presidido pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente – SEMA, e em sua ausência é substituído, automaticamente, pelo Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC.

Em 2019 houveram modificações na denominação das instituições que compõem o CEMACT, resultante da regulamentação das fusões, extinções e alterações de nomenclaturas das Secretarias de Estado, por meio do Decreto nº 080, de 9 de janeiro de 2019, em decorrência da entrada em vigor da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Posteriormente, o Governo do Estado do Acre aprovou a Lei Complementar nº 359, de 24 de maio de 2019 (que alterou a Lei Complementar nº 355/2018), que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Consequentemente, algumas instituições que compõem o Conselho, estão com denominações diferentes da composição original.

### i. Competências do Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

Formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado; Aprovar, mediante proposta do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, critérios para o licenciamento de atividades, real ou potencialmente causadoras de impacto ambiental, já instaladas, em operação ou que venham a ser instaladas, assim como as penalidades administrativas; Fixar os limites máximos permitidos para cada parâmetro dos efluentes domésticos e de indústrias, já instaladas ou que venham a ser instaladas no Estado, bem como a capacidade



suportável pelo receptor no seu nível mínimo de vazão; Estabelecer normas gerais relativas à criação de Unidades de Conservação e Preservação Ambiental, bem como as atividades que venham a ser desenvolvidas em suas áreas circundantes; Estabelecer critérios para a declaração de áreas críticas, degradadas ou em vias de degradação, bem como para o seu uso, proteção e recuperação, conforme o caso; Determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre problemas específicos relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, solicitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, as informações disponíveis à apreciação desses estudos; Determinar, mediante representação do IMAC, quando se tratar especificamente de matérias relativas ao meio ambiente, a perda ou restrição de benefícios concedidos pelo poder público estadual, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; Analisar e opinar sobre a concessão de recursos públicos ou subvenções, para programas de pesquisa e formação de recursos humanos para o meio ambiente, ciência e tecnologia, a entidades públicas e privadas; Avaliar e aprovar o Plano Plurianual para Ciência e Tecnologia, e os respectivos planos operativos anuais, por meio de instâncias técnicas dos órgãos integrantes, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, conforme a Lei nº 32 de 17/07/91, alterada pela Lei Complementar nº 1.115 de 31/12/02 e Lei Complementar nº 124 de 29/12/03; Decidir em grau de recurso, matérias que lhe sejam submetidas à apreciação; Elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno; Incluir, admitir, dispensar ou excluir órgãos componentes do CEMACT.



# ii. Composição e Estrutura do Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

**Plenário**: Órgão Superior o CEMACT é composto por 20 (vinte) entidades. A Presidência deste, é do Secretário de Estado de Meio ambiente.

Das 20 instituições que compõem o CEMACT, três possuem a titularidade e outras três fazem parte do conselho, apenas como suplente: Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE tem a titularidade e, a Rede Acreana de Mulheres e Homens – RAMH, tem a suplência; SOS Amazônia tem a titularidade e, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Acre – FETACRE, tem a suplência e; Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, tem a titularidade e, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, tem a suplência.

- 1- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG;
- 2- Instituto de Meio Ambiente do Acre IMAC;
- 3- Fundação de Tecnologia do Estado do Acre FUNTAC;
- 4- Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo SEET;
- 5- Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte SEE;
- 6- Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio SEPA;
- 7- Associação dos Municípios do Acre AMAC;
- 8- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA/AC;
- 9- Fundação Nacional do Índio FUNAI;
- 10-Universidade Federal do Acre UFAC;
- 11-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA/AC;
- 12-Federação das Indústrias do Estado do Acre FIEAC;
- 13-Federação da Agricultura do Estado do Acre FAEAC;
- 14-Federação do Comércio do Estado do Acre FECOMÉRCIO;
- 15-Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre PESACRE (titular); Rede Acreana de Mulheres e Homens RAMH (suplente);



- 16-SOS Amazônia (titular); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no AcreFETACRE (suplente);
- 17-Centro dos Trabalhadores da Amazônia CTA (titular) e; Comissão Pastoral da Terra CPT (suplente);
- 18-Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre AMAAIAC.

### iii. Câmaras Técnicas do Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

As Câmaras Técnicas são constituídas por membros do Plenário, que deverão examinar e relatar assuntos de suas respectivas competências. Poderão ser assessorados por especialistas cedidos por instituições participantes do SISMACT (formando Grupos de Trabalhos). O CEMACT tem 04 Câmaras Técnicas que elegem seu Presidente:

### Câmara Técnica de Agrotóxicos do Acre - CTAA

Instalada conforme Resolução do CEMACT nº 002 de 08 de junho de 2000, composta atualmente pelas entidades: FAEAC; UFAC; EMBRAPA/AC; IDAF; IMAC; SESACRE; SOS Amazônia, SEAPA, CREA/AC, DFA/AC; PGE e; ACISA

### Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT

Instalada conforme Resolução do CEMACT nº 003 de 20 de julho de 2000, composta atualmente pelas entidades: UFAC; FUNTAC; CTA; EMBRAPA; SEPA e FECOMÉRCIO

#### Câmara Técnica de Meio Ambiente - CTMA

Instalada conforme Resolução do CEMACT nº 003, de 20 de julho de 2000, composta atualmente pelas entidades: SOS Amazônia; IMAC, FIEAC, FAEAC, IBAMA e FUNAI

#### Câmara Técnica de Recursos Hídricos – CTRH

Criada pela Lei nº 1.500, de 15 de julho de 2003 (art. nº 47). Foi instalada, conforme Resolução do CEMACT nº 002, de 05 de maio de 2006, composta atualmente pelas entidades: IMAC; FUNTAC; SEE; DERACRE; SESACRE; SEPA; PGE; DEPASA;



AGEAC; CBMAC; ALEAC; AMAC; IBAMA; UFAC; EMBRAPA; FUNAI; SEAP/PR-AC; FIEAC; FAEAC; FECOMÉRCIO; UNINORTE; GTA; Fundação SOS Amazônia e CNS.

### Comissão Permanente de Assuntos Jurídicos – COPAJ

Instalada conforme Resolução do CEMACT nº 008 de 27 de agosto de 2008, instituída no âmbito da Câmara Técnica de Meio Ambiente - CTMA, com caráter permanente.

A COPAJ tem como objetivo analisar e emitir pareceres sobre processos, recursos, normativas, recomendações e sobre quaisquer outras demandas jurídicas que forem encaminhadas ao CEMACT. É composta atualmente pelas entidades: PGE; SEMA; OAB; FIEAC e; FAEAC.

As reuniões da COPAJ ocorrerem: I – por deliberação da Câmara Técnica de Meio Ambiente – CTMA; II - por convocação de pelo menos três membros da Comissão; III - por solicitação da Secretaria executiva do CEMACT.

#### Grupos de Trabalho – GT

No âmbito das Câmaras Técnicas, são criados os Grupos de Trabalho, por tempo determinado, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência.

#### Secretaria Administrativa

A Secretaria Administrativa do CEMACT, está vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. E funciona como órgão auxiliar da Presidência, do Plenário e das Câmaras Técnicas desempenhando atividades de apoio técnico, jurídico e administrativo.

A SEMA provém os serviços da Secretaria Administrativa, tanto no que se refere à disponibilização de espaço físico, equipamentos e materiais necessários ao funcionamento, quanto na disponibilização de lotação de equipe técnica na referida Secretaria. Além do corpo técnico, lotado na Secretaria Administrativa, a SEMA disponibiliza ainda, equipe de informática, estagiário, dentre outros, necessárias durante as reuniões do Conselho.



### Matérias sujeitas à votação

**Resoluções**, quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do CEMACT:

**Moções**, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental, científica e tecnológica.

A Sema provê os serviços da Secretaria Administrativa, tanto no que se refere à disponibilização de espaço físico, equipamentos e materiais necessários ao funcionamento, quanto na disponibilização de lotação de equipe técnica na referida Secretaria. Além do corpo técnico, lotado na Secretaria Administrativa, a SEMA disponibiliza ainda, equipe de informática, estagiário, dentre outros, necessárias durante as reuniões do Conselho.

#### Reuniões do CEMACT - 2019

Durante o exercício de 2019, até o dia 5 de dezembro, foi aberto, apenas 1 novo processo administrativo no Cemact que já foi apreciado em plenária. Além do corpo técnico, lotado na Secretaria Administrativa, a SEMA disponibiliza ainda, equipe de informática, estagiário, dentre outros, necessárias durante as reuniões do Conselho.

#### Reunião ordinária do CEMACT – 25/04/2019

#### Pautas referentes ao Processo Administrativo CEMACT nº 01/2019:

- I Posse dos Conselheiros do CEMACT.
- II Apresentação do Quadro de Autoavaliação do Cumprimento de Metas no Âmbito
   Estadual do Progestão do ano de 2018, para análise e aprovação.
- III Análise e Aprovação do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos do PROGESTÃO – Ciclo II.

#### Resultados

Apreciação da Pauta II

Após considerações da plenária, o Presidente do CEMACT, Geraldo Israel Milani de Nogueira, colocou em votação a referida pauta.



#### Conselho Florestal Estadual - CFE

O Conselho Florestal Estadual – CFE, criado por meio da Lei nº. 1.426, de 27 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 300, de 9 de julho de 2015, como instância superior deliberativa e normativa responsável pela definição da política, dos planos e das estratégias florestais do Estado.

O CFE é presidido pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e em sua ausência a coordenação dos trabalhos fica a cargo de representante de instituição membro do CFE, cuja nomeação se dará por meio de Portaria do Presidente. Nos casos de urgência, em que não tiver sido possível expedição de Portaria, a coordenação dos trabalhos fica a cargo de um membro do conselho escolhido pela plenária, em decisão tomado por maioria simples dos membros presentes.

Em 2019 houveram modificações na denominação das instituições que compõem o CFE, resultante da regulamentação das fusões, extinções e alterações de nomenclaturas das Secretarias de Estado, por meio do Decreto nº 080, de 9 de janeiro de 2019, em decorrência da entrada em vigor da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Posteriormente, o Governo do Estado do Acre aprovou a Lei Complementar nº 359, de 24 de maio de 2019 (que alterou a Lei Complementar nº 355/2018), que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Consequentemente, algumas instituições que compõem o Conselho, estão com denominações diferentes da composição original.

#### Competência do Conselho Florestal Estadual – CFE

Aprovar e revisar periodicamente a Política Florestal e Extrativista Estadual; aprovar e revisar periodicamente o Plano de Desenvolvimento Florestal do Estado; aprovar estratégias florestais; aprovar a criação de novas unidades de conservação; aprovar a tabela de taxas e tarifas florestais; fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo



Estadual de Florestas; aprovar a regulamentação desta lei; outras matérias estabelecidas no regimento interno.

### Composição e Estrutura Básica do Conselho Florestal Estadual – CFE

A estrutura organizacional do Conselho Florestal Estadual é composta de:

- Presidência:
- Plenário;
- Secretaria Executiva;
- Câmaras Permanentes;
- Comissões Temporárias.

O Plenário é órgão superior de deliberação do CFE, composto por 25 membros. A Presidência deste, é do Secretário de Estado de Meio ambiente, com a seguinte composição:

- 1. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG.
- 2. Secretaria de Estado da Indústria, Ciência e Tecnologia SEICT
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA.
- 4. Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio SEPA.
- Secretaria de Estado de Educação SEE.
- Fundação de Tecnologia do Estado do Acre FUNTAC.
- 7. Instituto de Meio Ambiente do Acre IMAC.
- Instituto de terras do Acre ITERACRE.
- 9. Procuradoria Geral do Estado do Acre PGE.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
   IBAMA.
- 11. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.
- 13. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA.
- Universidade Federal do Acre UFAC.
- Conselho Nacional dos Seringueiros CNS.
- Grupo de Trabalho Amazônico GTA.



- 17. Fundo Mundial para a Natureza WWF-Brasil.
- 18. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre FETACRE.
- 19. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA.
- 20. Cooperativa Produtores Florestais Comunitários COOPERFLORESTA.
- Associação das Indústrias de Madeira de Manejo Florestal do Estado do Acre –
   ASIMMANEJO.
- 22. Federação da Agricultura do Estado do Acre FAEAC.
- Federação das Indústrias do Estado do Acre FIEAC.
- 24. Banco da Amazônia BASA.
- 25. Instituto de Mudanças Climáticas IMC.
- Câmaras Técnicas do Conselho Florestal Estadual CFE
- O CFE é composto por quatro Câmaras Permanentes CP, conforme disposto a seguir:
- 1. Manejo Florestal Comunitário e Empresarial.
- 2. Gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
- 3. Indústria, Serviços e Produtos Florestais não Madeireiros.
- 4. Assuntos Jurídicos.
- Câmaras Permanentes

As Câmaras Permanentes são coordenadas por membros escolhidos em votação realizada entre seus pares. Elas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendose o disposto no Regimento do CFE.

São atribuições das Câmaras Permanentes:

- Elaborar, discutir e propor soluções, por meio de pareceres consultivos, de assuntos que afetam segmentos ou atividades relevantes para o setor florestal do Estado:
- Elaborar, discutir e propor soluções, por meio de pareceres consultivos, de assuntos que afetam segmentos ou atividades relevantes para o setor florestal do Estado;



- 3. Decidir e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada por meio da Secretaria Executiva e do Plenário;
- 4. Examinar e relatar ao Plenário assuntos de sua competência;
- 5. Propor à Secretaria Executiva itens para a pauta de suas reuniões;
- 6. Indicar coordenador, relator e os membros de suas Comissões Temporárias.

### Comissões Temporárias

O CFE pode constituir Comissões Temporárias quando for identificado assunto que não é de competência ou pertinência a nenhuma das Câmaras Permanentes tratadas na subseção anterior. No momento da criação da Comissão Temporária, o Plenário ou a Câmara Permanente definirá sua composição, os produtos esperados e os prazos de trabalho.

#### Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva do CFE está vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. E funciona como órgão auxiliar da Presidência, do Plenário e das Câmaras e Comissões desempenhando atividades de assessoramento técnico e administrativo.

A Sema provê os serviços da Secretaria Executiva, tanto no que se refere à disponibilização de espaço físico, equipamentos e materiais necessários ao funcionamento, quanto na disponibilização de lotação de equipe técnica na referida Secretaria. Além do corpo técnico, lotado na Secretaria Executiva, a SEMA disponibiliza ainda, equipe de informática, estagiário, dentre outros, necessários durante as reuniões do Conselho.

#### Matérias sujeitas à votação

Os assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário poderão ser apresentados por qualquer Conselheiro, Câmara Permanente ou Comissão Temporária e constituir-se-ão de:

**Proposta de Resolução**: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do Conselho Florestal Estadual;

**Proposta de Moção**: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática florestal;



**Proposta de Análise e Parecer Consultivo:** sobre matérias florestais submetidas à sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos.

#### Reuniões do CFT - 2019

Durante o exercício de 2019, até o dia 5 de dezembro, a Secretaria Executiva abriu apenas 3 (três) processos administrativos no CFE. Destes, 1 (um) foi apreciado em plenária e, os demais estão aguardando para entrar em pauta.

#### Reunião ordinária do CFT – 29/112019

Pauta I: Posse dos Conselheiros do CFE;

Pauta II: Processo Administrativo CFE nº 02/2019 - Prestação de Contas de 2018 do Fundo Estadual Florestal – FEF.

#### Resultados

Apreciação da Pauta II: Após considerações da plenária, o Presidente do CFE, Geraldo Israel Milani de Nogueira, colocou em votação a referida pauta.

Resultado da votação: Reprovada a Prestação de contas do FEF de 2018.



AÇÕES EXECUTADAS PELOS DEPARTAMENTOS, DIVISÕES E NÚCLEOS DA SEMA EM 2019



#### 5. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FLORESTA

# 5.1. CENTRO INTEGRADO DE GEOPROCESSAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – CIGMA

O Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental criado na gestão do Governador Gladson Cameli e do Secretário de Estado de Meio Ambiente – Geraldo Israel Milani, integra o Escritório Técnico do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental, a Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico e a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, além da Divisão de Licenciamento do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC, com o objetivo de agilizar os processos de monitoramento e licenciamento ambiental e contribuir para o avanço das ações produtivas no estado, com respeito a legislação ambiental.

## 5.1.1. ESCRITÓRIO TÉCNICO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR E DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA

O Escritório do CAR tem por atribuição apoiar a implementação do Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012), através do Cadastro Ambiental Rural – CAR dos proprietários e possuidores de imóveis rurais abaixo de quatro módulos fiscais de todo estado do Acre e do apoio técnico a todos os imóveis rurais para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do estado do Acre – PRA.

# PROJETO 1: CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), enquanto instrumentos de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, visam auxiliar o produtor no planejamento e uso econômico do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, fomentando a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e de vida das



populações rurais (Lei Federal nº 12.651/2012). Através do Projeto CAR foi possível desenvolver aportes legais, técnicos e informacionais (Sistema) para a implementação da Política Ambiental no Acre.

O projeto reúne uma série de ações necessárias para orientar e impulsionar o processo de recomposição florestal, o fomento ao agronegócio e a agricultura familiar nas propriedades e posses rurais do estado.

O objetivo do CAR e do PRA é apoiar a modernização e dar agilidade ao processo de licenciamento ambiental para os produtores rurais, incentivando o agronegócio com responsabilidade socioambiental.

#### **METAS**

Temos como meta geral até 2023: analisar 5.000 imóveis e 1.250 PRADAs elaborados e, consequentemente, Termos de Compromisso Ambiental - TCAs Assinados. Além de cadastrar 550 imóveis remanescentes em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (tradicionais) e plantar 445 hectares em projetos de recomposição implantados (Quantidade de hectares somados nos POAS - PSAM e REM KFW.

Quadro 1 - Cumprimento de metas – Escritório Técnico do CAR/PRA - SEMA.

METAS PROPOSTAS	AÇÕES REALIZADAS
Em 2019 com apoio de ações em mutirões tivemos um bom resultado concernente a nossa meta geral de 550 CAR realizados (considerando o passivo no SIPRA de lotes em assentamentos que não têm CAR).  META 2019 = 138 Cadastros	<ul> <li>169 cadastros no Setor de Atendimento do CAR no IMAC</li> <li>Quantidade total de Cadastros nos mutirões:         <ul> <li>08 cadastros no Mutirão de Acrelândia</li> <li>31 cadastros na Gleba Afluente</li> <li>11 cadastros na Expoacre</li> <li>09 cadastros Mutirão Tarauacá/ Envira e Juruá</li> <li>02 cadastros na Expo Sena</li> <li>11 no Mutirão no Alto Acre - Brasiléia</li> </ul> </li> <li>Total: 241 Cadastros realizados         <ul> <li>Deste total, apenas 210 podem ser computados em nossa meta.</li> </ul> </li> <li>Meta de 2019 = 138         <ul> <li>Alcançamos 100% da nossa meta 2019</li> </ul> </li> </ul>
META 2019 = 1250 cadastros analisados	Total: 485 cadastros analisados Realizamos 39% da meta 2019



META 2010 210 TCA:	20 PRADAS elaborados com TCAs assinados
META 2019 = 310 TCAs	<ul> <li>20 PRADAS elaborados com TCAs assinados</li> <li>64 PRADAS elaborados apenas com os TCAs aguardando assinatura proprietário/possuidor (notificados).</li> </ul>
	Total concluído 2019 = 84
	<ul> <li>Encerramos 2019 com 37 PRADAS e TCAs em elaboração.</li> </ul>
	Meta de 2019 = 310
	Realizamos 27,9% da meta cumprida
Temos meta geral de <b>445 hectares</b> de projetos de	Em andamento
recomposição implantados (quantidade de hectares	Fase de ajustes do POA, elaboração de TDRs e
somados nos POAS - PSAM e REM KFW)	contratação. Previsão de implementação somente para
	2020, por isso não mensuramos % de realização para 2019.

## **AÇÕES ATIVIDADES REALIZADAS**

# ✓ Balcão integrado de atendimento do Cadastro Ambiental Rural – CAR/PRA

O objetivo do Balcão foi realizar atendimentos no espaço integrado do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC e do Escritório Técnico do Cadastro Ambiental Rural – CAR/SEMA, onde foram feitas inscrições, retificações, solicitação de análise e adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.

No quadro 02 é possível observar, o quantitativo de atendimentos qualificados nos meses de março a dezembro de 2019.

Quadro 2 - Tipos de atendimentos realizados no IMAC de março a dezembro de 2019

ATENDIMENTOS REALIZADOS	QUANTITATIVO
Apoio ao cadastro	169
Retificação	123
Validação da análise	119
Adesão PRA	33
Atendimento de notificação	139
Retificação da análise	117
Inserção em cadastro perimetral	6
Análise prioritária	96
Nota técnica	9
Situação processual	14
Alteração de senha da Central proprietário possuidor	11
Cancelamento CAR	67
Entrega de publicação - PRA	3



Retificação do TCA	1
Solicitação de arquivamento do CAR	4
TOTAL	911

### RESULTADOS ALCANÇADOS: 911 atendimentos integrados CAR/PRA

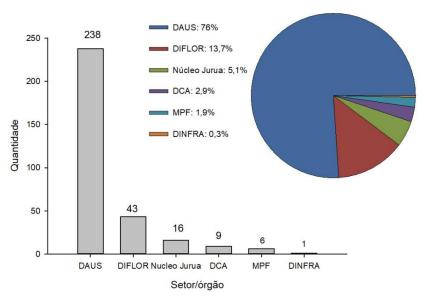
# ✓ Integração da Divisão de Geoprocessamento do IMAC no Escritório do CAR

Em fevereiro o Escritório Técnico do CAR mudou de endereço, passando a ocupar três salas na Fundação de Tecnologia do Acre – Funtac, compondo o Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CIGMA. O principal objetivo foi desonerar o custo com aluguel do prédio e incorporar as atividades técnicas em um só espaço. Nesta mudança o setor de atendimento do CAR foi incorporado ao IMAC e a coordenação técnica, setores de análise e regularização ambiental foram integrados nas novas instalações, resultando na redução de gastos com pagamento de aluguel e integração do Escritório do CAR com a denominação de Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental. É importante destacar que esta ação faz parte das metas definidas e cumpridas nos 100 dias da gestão 2019-2022.

Foram analisados 485 CAR de forma integrada e com base cartográfica temática de apoio do Cadastro Ambiental Rural – CAR e da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Ucegeo). Os gráficos 01 e 02 mostram as demandas de processos realizados.

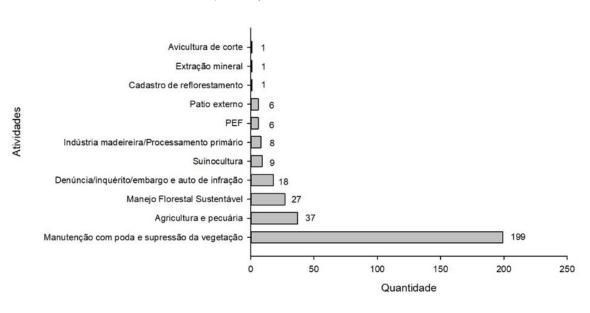


Gráfico 1 - Processos analisados pela Divisão de Licenciamento do IMAC.



Fonte: Escritório do CAR - DIGEO, 2019.

Gráfico 2 - Tipos de Processos analisados



Fonte: Escritório do CAR - DIGEO, 2019.

## ✓ Mutirão de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental e dos Serviços Ambientais da SEMA

✓ Para o alcance dos resultados e cumprimento das metas foram realizados Mutirões para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental e



notificações da análise ambiental. O principal objetivo desta ação foi dar continuidade às atividades do PRA das propriedades e posses rurais.

- ✓ Para esta ação houve o apoio de órgãos parceiros: INCRA, IMAC, SEPA, Banco da Amazônia e das prefeituras.
- ✓ Nos mutirões dispomos do atendimento técnico qualificado pela equipe do Escritório do CAR, com informações sobre o CAR e PRA para proprietários e possuidores sobre: (i) retificação do CAR; (ii) digitalização de documentos; (iii) adesão ao PRA; (iv) informações sobre a situação ambiental do CAR; (v) assinatura dos TCAs; (vi) apoio para a elaboração dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas − PRADAS; (vii) distribuição de mudas pelo Viveiro da Floresta e informações sobre técnicas de plantio com hidrogel, além da apresentação de estratégias para oportunizar ao produtor rural familiar o desenvolvimento de novos modelos de produção agrícola, baseados principalmente em aplicação de tecnologias agroflorestais para recomposição de passivos florestais.
- ✓ Durante os mutirões de atendimento de CAR e Adesão ao PRA foram realizados vários atendimentos:

#### **RESULTADOS:**

#### Mutirão de Acrelândia

Durante o mutirão de atendimento de CAR e Adesão ao PRA foram realizados: 08 cadastros realizados, assinatura de 20 TCA's assinados e 46 atendimentos a produtores rurais.

#### Mutirão Gleba Afluente

Foram realizados um total de 55 atendimentos: 55 cadastros realizados.

#### Mutirão - Balcão de atendimento na EXPOACRE

Nesta atividade tivemos apoio a inscrição de 11 cadastros, 09 Adesões ao PRA e 06 processos de solicitações de retificações.

Mutirão de Atendimento aos proprietários e possuidores de imóveis rurais da Regional Tarauacá – Envira e Juruá



Nesta atividade realizamos 09 Cadastros de imóveis rurais, 06 adesões ao PRA e 07 solicitações de retificação do CAR e uma assinatura de TCA.

# Mutirão - Balcão de Atendimento do Escritório Técnico do CAR durante os dias de evento, da Feira de Exposições Agropecuária – Expoacre Juruá 2019

Nesta ação foram realizadas atividades de apoio a solicitações de licenciamento ambiental, esclarecimentos sobre o Programa de Regularização Ambiental – PRA, tivemos 06 cadastros no CAR, 02 solicitações de retificação e 03 Adesões ao PRA, com análise prioritária e mais de 42 emissões de recibos.

# Mutirão - Balcão de Atendimento do Escritório Técnico do CAR durante os dias de evento, da Feira Expo Sena – Sena Madureira 2019

Nesta ação tivemos 02 atendimentos de inscrição ao CAR e muitos produtores pedindo informações sobre o PRA e autos de infração. Neste evento nossa ação foi conjunta com IMAC e seu programa Fique Legal.

## Mutirão de Atendimento aos proprietários e possuidores de imóveis rurais da Regional Alto Acre - Mutirão Ambiental

Nesta atividade tivemos 11 cadastros realizados, 37 adesões ao PRA, 29 emissões de recibo, 28 solicitações de esclarecimentos sobre o CAR e o PRA, 08 solicitações de análise prioritária e 02 assinaturas de TCA.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

- Pequenos proprietários ou posseiros de áreas de até quatro módulos fiscais;
- Proprietários de imóveis rurais em processo de licenciamento ambiental.

PARCERIAS: Cooperação Alemã – GIZ, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam, Instituto de Meio Ambiente do Acre – Imac, Prefeitura de Acrelândia, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, Secretaria de Estado da Produção – Sepa e Banco da Amazônia.



### **FONTES E RECURSOS**

Quadro 3 -Fonte de recursos

FONTE	ATIVIDADE FINANCIADA	PARCEIRO/FINANCIADOR	RECURSO (R\$)
200	Diárias	200 - REDD Early Movers (REM) Acre -Fase II (KfW)	R\$6.956,70
	Contratação de três consultores	GIZ	R\$39.000,00
Outras fontes	Logística e diárias para técnicos do CAR	Fundo Estadual de Meio Ambiente – Femac/Imac	RS 3.133,35

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 4 -Participação em eventos

SERVIDOR	EVENTO	OBJETIVO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
André Schatz	Workshop: Programa de Regularização Ambiental (PRA), realizado pelo Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas (NAPC) da PUC- Rio/Climate Policy	Discussão sobre Programas de Regularização Ambiental - PRA	Participante	Brasília/21 e 22/05/2019
Claudio Roberto Cavalcante	Intercâmbio de Projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia	Discussão com Estados que possuem projeto com Fundo Amazônia	Participante	Brasília/29 e 30/05/2019
Claudio Roberto Cavalcante	VI Encontro Nacional de Implantação do Cadastro Ambiental Rural	Promover e sinergias com foco nas etapas de análise do CAR, adesão e implementação do PRA	Participante	Brasília/02 a 05/07/2019
Claudio Roberto Cavalcante, Tayna Neri S. Bortoloso e André Schatz.	Estratégias para promoção de investimentos em recomposição florestal vinculados ao Programa de Regularização Ambiental	Apresentar propostas para implementação do PRA, Estratégias econômicas Catálogo de Sistemas Agroflorestais – SAFs indicados para o Acre	Participante/Palestra	Brasília/05a 06/12/2019
Claudio Roberto Cavalcante,		Apresentar propostas para	Organizador	Rio Branco /06/06/2019



e André Schatz, Jardel Lima, André Oliveira, Gilberto Martins, Jomara vitoriano, Raquel Talita, Amanda Holanda	Seminário de Regularização Ambiental com fins econômicos	implementação do PRA e lançar o Catálogo de Sistemas Agroflorestais – SAFs indicados para o Acre		
Claudio Roberto Cavalcante, e André Schatz, Jardel Lima, André Oliveira, Gilberto Martins, Jomara vitoriano, Raquel Talita, Amanda Holanda	Expoacre 2019 - Atendimento aos produtores rurais lançamento do Programa Fique Legal	Divulgar o CAR e o PRA-AC. Atendimento ao produtor	Participante/. Organizador	Rio Branco/27 a 30/08/2019
Técnicos do Escritório do CAR	Oficina de Alinhamento para Construção do Plano de Capacitação – PRA	Promover o alinhamento e a pactuação para a implementação do PRA no Acre e definir diretrizes para o Plano de Capacitação		Rio Branco/13/09/2019.
Técnicos do Escritório do CAR, SEMA, IMAC	Oficina de Planejamento para elaboração de modelo simplificado do Programa de Regularização Ambiental – PRA para o Estado do Acre	Discutir a criação de modelo simplificado do PRA, com base no Projeto Biomas, Web Ambiente e estratégias de ATEG/ATER	Participante	Rio Branco/11/12/2019



Claudio Roberto Cavalcante, e André Schatz, Jardel Lima, , Jomara vitoriano, Raquel Talita, Amanda Holanda	Oficina de avaliação dos mutirões integrados e Alinhamento entre Acre e Rondônia para construção do Plano de Capacitação do PRA	Promover o alinhamento e pactuação entre os aspectos da implementação do PRA no Acre e Rondônia e definir diretrizes para a construção do Plano de Capacitação do PRA		Nova Califórnia – RO/16 e 18/12/2019
--	--	---	--	--

## CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 5 - Capacitações recebidas

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Claudio Roberto Cavalcante, e André Schatz, Jardel Lima, André Oliveira, Gilberto Martins, Jomara vitoriano, Raquel Talita, Amanda Holanda	Curso de Análise Ambiental	SEMA e GIZ	Rio Branco/19 /09 / 2019

# 1.1.1. UNIDADE CENTRAL DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO – UCEGEO

O Decreto de nº 3.413 de 12 de setembro de 2008 criou e regulamentou o funcionamento da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre – Ucegeo, competindo à mesma: armazenar, integrar, gerenciar, atualizar e disponibilizar a base de dados gerada no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, bem como realizar estudos, pesquisas e projetos referentes aos aspectos cartográficos, territoriais, dinâmica dos desmatamentos, cobertura de solos, processamento de imagens e temas afins, no âmbito do Estado do Acre.



A Ucegeo tem como principais eixos de atividades: a manutenção da Base Cartográfica do ZEE, manutenção do Banco de Dados Geográficos, monitoramento de desmatamento e degradação por queimadas, atendimento aos órgãos federais, estaduais e municipais e sociedade civil na área de geoprocessamento.

# PROJETO 2. MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS ILEGAIS

Este projeto visa o monitoramento das alterações na cobertura do solo, como desmatamentos, degradação por queimadas e regeneração no território acreano. O objetivo é consolidar a gestão ambiental compartilhada das instituições do Estado (Imac, Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC, Defesa Civil Estadual e Centro Integrado de Operações Aéreas - Ciopaer), em parceria com os órgãos federais (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio e Incra), visando superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento e as queimadas e garantir a conservação do ativo ambiental florestal.

#### **METAS**

- 02 relatórios anuais de monitoramento do desmatamento elaborados, via metodologia do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite-Prodes e da Ucegeo;
- Informes quinzenais de monitoramento para o Comitê Gestor Institucional –
   CGI (Cartas imagens).

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- 2 Relatórios de desmatamento elaborados para os anos de 2018 e 2019, utilizando as metodologias do Prodes e da Ucegeo.
- 167 Cartas imagens confeccionadas;
- 126 Mapas elaborados



### **AÇÕES REALIZADAS**

Visando o alcance dos resultados e cumprimento das metas foram realizadas ações de acompanhamento do processo de implementação do PPCDQ pela Sema e IMAC, através do Comitê Gestor Institucional – CGI; monitoramento do desmatamento para fins do Inventário de Gases de Efeito Estufa – IGEE, de responsabilidade do Instituto de Mudanças Climáticas - IMC; monitoramento do desmatamento ilegal para fins de fiscalização, alertas e suporte a educação ambiental para o processo de fiscalização das instituições de Comando e Controle e o monitoramento do desmatamento nas Áreas Naturais Protegidas do estado.

Neste sentido, com aumento do número de desmatamento e queimadas no estado foram realizadas reuniões para planejar operações pelo exército Brasileiro, em conjunto com os órgãos governamentais, para fiscalizar as florestas públicas do Acre. Assim, a diretora técnica Dr.ª Vera Reis fez a apresentação das informações climáticas e a situação atual do desmatamento para dar subsidio ao planejamento desta operação.

As reuniões da operação GLO, em parceira com os órgãos ambientais: Batalhão de Polícia Ambiental, IBAMA, ICMBio, Corpo de Bombeiros e Exército Brasileiro, teve por finalidade combater os desmatamentos ilegais, queimadas nas áreas rurais e fiscalizar os desmatamentos já existentes.

Reuniões semanais foram realizadas dentro do 4º Batalhão de Infantaria e Selva do Exército Brasileiro.

Assim, a pedido da diretora técnica da SEMA, foi solicitado o apoio em geoprocessamento para a equipe do IBAMA, em operações no município de Sena Madureira por um período de sete dias.

Esta operação visava identificar desmatamentos ilegais em propriedades Rurais, para fiscalização e monitoramento da Amazônia Legal.

Para que estas operações fossem realizadas o chefe da operação do IBAMA solicitou um trabalho de inteligência territorial, para as rotas terrestres e rotas aéreas, com a parceria do exército brasileiro.



A base de operações ficou lotada no prédio do ICMBio em Sena Madureira, para dar suporte aos fiscais elaborando rotas diárias para fiscalização.

O trabalho desenvolvido foi possível através da base de dados do estado, dos possíveis polígonos de desmatamento, atrelados aos embargos do IBAMA, com a identificação dos usuários da terra juntamente com a base de Cadastros do CAR, onde foram elaborados mapas e cartas imagens das rotas para subsidiar a fiscalização.

### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Sociedade Civil do Estado do Acre e Academia

PARCERIAS: Universidade Federal do Acre - Ufac

FONTES E RECURSOS: despesas com recursos humanos (servidores e técnicos

terceirizados).

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 6 - Participação em eventos

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Djallene Rebelo, Alice, Valmira, Marcelo e Antônio Marcos.	Oficina do Diagnóstico dos Conflitos Fundiários e Socioambientais na PGE.	Ouvintes	Rio Branco – 11/06/2019
Djallene Rebelo, Alice, Marcelo e Antônio Marcos.	Sistema de Monitoramento de focos - CEMADEN	Participante	Rio Branco – 12/06/2019
Antônio Marcos, Willian, Djallene Araújo, Marcelo Silveira, Cláudio, Átila Magalhães, Alan Pimentel, Marcelo Silveira.	Oficina de Trabalho do Comando e Controle	Participante	Rio Branco 12/06/ 2019
Vera Reis, Marcelo e Antônio Marcos	Oficina do Programa de Regularização Ambiental PRA		

## CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 7. Capacitação recebida

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Antônio Marcos	Capacitação no Workshop	IPAM	Belém – PA/
Costa da Silva	Map Biomas Alerta		09/10/2019



## **CAPACITAÇÕES OFERTADAS**

Quadro 8 - Capacitações Ofertadas

SERVIDOR	EVENTO	OBJETIVO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Antônio Marcos Costa da Silva e Marcelo José Silveira Lima	Curso de Monitoramento Ambiental	Apoiar na elaboração dos boletins diários da sala de situação do centro integrado.	Instrutores	Funtac 27 e 28/08 de 2019
Antônio Marcos Costa da Silva e Marcelo José Silveira Lima	Treinamento de GPS para equipe da Sema/ Divisão		Instrutores	Funtac 13/11/2019
Antônio Marcos Costa da Silva, Claudio Cavalcante, Vera Lucia Reis Brown	Curso de capacitação na plataforma de alerta Map Biomas		Instrutores	Funtac 18/11/2019

# 1.1.2. SALA DE SITUAÇÃO DE MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO

A Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológicos é o Centro Operacional de Monitoramento Hidrometeorológico do Estado do Acre, vinculado a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema, com o objetivo de identificar eventos extremos, através do monitoramento diário de tempo e clima, níveis dos principais rios, risco de fogo e focos de calor, dentre outros aspectos em todo o território do Acre.

Esta Unidade funciona graças ao suporte financeiro do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - **Progestão**, através do Decreto Estadual de adesão nº 5.698, de 26/04/2013 e Contrato no. 082/ANA/2013, entre Agência Nacional de Águas – ANA e Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema, cujo repasse de recursos está vinculado ao cumprimento das metas pré estabelecidas em comum acordo com as instituições envolvidas.

### PROJETO 3. GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS

O Plano de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais do Estado do Acre tem o objetivo de subsidiar ações de prevenção, controle, adaptação e mitigação dos impactos decorrentes de extremos de precipitação, secas prolongadas,



desmatamentos, acidentes com produtos químicos perigosos, e outros eventos de riscos decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais.

O monitoramento da qualidade do ar a partir da Rede Estadual de Monitoramento da Qualidade do Ar implantada pelo Ministério Público do Estado do Acre é feito em observância a Resolução do Conama 03/1990.

#### **META**

Ter elaborado e divulgado 5 boletins do tempo, 5 relatórios hidrometeorológico e de focos de calor por semana.

## **AÇÕES/ATIVIDADES**

- Monitoramento hidrometeorológico: atividade desenvolvida na Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico utilizando dados da Rede de alerta de eventos hidrológicos críticos da Agência Nacional de Águas (www.ana.gov.br/telemetria); a atualização das séries históricas de nível e chuva é feita a partir de dados da Rede de Alerta de Monitoramento Hidrológico do Estado do Acre. Para o Boletim hidrométrico são utilizados os dados das estações do Instituto Nacional de Meteorologia INMET e da ANA, que estão disponíveis nos sítios: http://www.inmet.gov.br/portal/, http://mapashidro.ana.gov.br/Usuario/DadoPesquisar.aspx, de onde são obtidos os acumulados precipitados em alguns municípios do estado do Acre. Os Relatórios Hidrometeorológicos são elaborados para subsidiar gestores e técnicos das instituições afins com informações diárias que possibilitam a tomada de decisão frente aos riscos nos períodos de criticidade e podem ser acessados na página da Sema, através do link: http://sema.acre.gov.br/salade-situacao/.
- O sítio do Cotaonline (rios online) foi mantido atualizado com intuito de disponibilizar informações sobre o comportamento dos rios em períodos de inundações ou de estiagem, de uma forma mais acessível ao público que



queira acompanhar a tendência (elevação ou redução) do nível dos rios em sua localidade. Através de um aplicativo disponibilizado pelo Google, o "*Cota online*", interligado a uma conta gmail, disponibiliza, através do google maps, o mapa da Rede hidrometeorológica do estado do Acre e informa em formato gráfico, a cota do rio de uma determinada localidade e período e pode ser acessado através do link indicado: (<a href="http://cotagrama.appspot.com/#">http://cotagrama.appspot.com/#</a>).

- Monitoramento meteorológico: realizado diariamente, de segunda a sextafeira, cujos resultados das investigações das condições atmosféricas são organizados e apresentados através de Boletins do Tempo. Também foram emitidos alertas relativos à variação de temperatura, avisos meteorológicos, previsão de chuvas e outros eventos, em situações de criticidade e risco. O Boletim pode ser acessado na página da Sema – http://sema.ac.gov.br/salade-situação/
- Monitoramento de queimadas e incêndios florestais: são utilizados como indicadores os focos de calor, cicatrizes de queimas e risco de fogo, a partir dos dados disponibilizados pelo Inpe/CPTEC, bem como as imagens Sentinel, cujos resultados são reportados nos Relatórios e Informes gerados pela Unidade de Situação. O relatório de queimadas encontra-se disponível no sítio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e do Instituto de Mudanças Climáticas, através dos sítios: (http://sema.acre.gov.br/monitoramento-queimadas/) e (http://imc.ac.gov.br/atuacao\_imc/monitoramento-de-eventos-extremos/
- Monitoramento da qualidade do ar nos municípios acreanos: utilizamos os dados dos sensores da Rede de monitoramento implantada pelo Ministério Público do Estado através do sítio <a href="www.purpleair.com">www.purpleair.com</a>, gerando informações emitidas diariamente (segunda a sexta) no Boletim Hidrometeorológico.



### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Monitoramento dos riscos de desastres ambientais, a partir das condições de tempo e clima, níveis de rios, focos de calor, risco de fogo, qualidade do ar, dentre outros.

- 242 boletins emitidos do monitoramento meteorológico e publicados até período de 01/01/ a 31/12/2019, contendo Avisos meteorológicos, Alertas relativos a variação de temperatura, dentre outros aspectos;
- 242 Relatórios Hidrometeorológicos (de 01/01 a 12/12/2019);
- 103 Relatórios de Queimadas no ano de 2019.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Sociedade Civil do Estado do Acre

PARCERIAS: Agência Nacional de Águas – ANA, Serviço de Proteção da Amazônia – Sipam, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden, Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC do Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe e Serviço Geológico do Brasil – CPRM/PV.

**FONTES E RECURSOS:** despesas com recursos humanos (servidores e técnicos terceirizados).

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 9 - Participação em eventos

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Dr. Vera Reis, Alan Pimentel	Dia da água	Instrutor no stand	Gameleira, 22/03 de 2019
Alan Pimentel e Tatiane Mendonça	Seminário Secas e Inundações	Ouvinte	UFAC, 24/04/2019
Tatiane Mendonça, Camila Marinho, Marcelo Lima, Ylza Lima e demais técnicos.	Exposição Agropecuária do Acre (Expoacre)/	Instrutor no stand	Parque de Exposições, 27/07 a 04/08/2019
Tatiane Mendonça, Camila Marinho,	Viver Ciência Parque de exposições	Instrutor no stand	Parque de Exposições, 30 a 31/10/2019



Marcelo Lima, Ylza Lima, demais técnicos.		

### CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 10 - Capacitação recebida

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Dr. Vera Reis e Ylza Marluce S de Lima.	Capacitação da equipe sema na Consultoria de Mapeamento de Processos	GIZ/SEMA	SEMA /14/10 de 2019

## CAPACITAÇÃO OFERTADA

Quadro 11 - Capacitação Ofertada

SERVIDOR	EVENTO	OBJETIVO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Ylza Marluce Silva de Lima, Elaine Lopes e Tatiane Mendonça	Curso de Monitoramento Ambiental	Apoiar na elaboração dos boletins diários da sala de situação do centro integrado.	Instrutora	Funtac 27 e 28/08 de 2019

# 1.2. DIVISÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS e BIODIVERSIDADES - DAPBIO

A Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade tem como atribuições executar ações relativas as políticas públicas de proteção à biodiversidade, contribuindo para a consolidação do ZEE, através do fomento ao desenvolvimento de estudos científicos sobre a biodiversidade, e disponibilizando as informações para a sociedade. A Divisão é responsável pela conservação das áreas protegidas do estado do Acre, e tem também a missão de implementar o as ações do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - Seanp e as políticas de conservação da biodiversidade, através de ações de normatização e conservação dos ecossistemas. Fazem parte das áreas naturais protegidas as terras indígenas, as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável, consideradas fundamentais para a preservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas

A Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade - DAPBio é constituída pelo Núcleo das Unidades de Conservação Estaduais, onde está ancorado o Sistema



Estadual de Áreas Naturais Protegidas (Seanp) e a gestão das Unidades de conservação estaduais.

A equipe técnica do Núcleo das Unidades de Conservação Estaduais realiza atividades de apoio ao processo de criação e gestão das unidades de conservação, através dos indicativos do ZEE que asseguram a criação das áreas consideradas prioritárias para a conservação, com base nas orientações do Seanp. O Seanp tem como objetivo garantir a gestão das unidades de conservação estaduais e municipais, bem como promover a proteção das tipologias florestais e ecossistemas do estado, estabelecendo uma ampla rede de comunicação entre os órgãos gestores de UCs não vinculadas a Sema, para proteção efetiva das unidades e dos recursos naturais em todo o estado do Acre. O mesmo congrega 09 Unidades de Conservação – UCs, sendo (08) unidades na categoria de uso sustentável e uma (01) unidade na categoria de proteção integral, além disso também formam o sistema as UCs sob gestão do ICMBIO, sendo (11) unidades de uso sustentável, (02) de proteção integral e a APA do Irineu Serra sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco - Semeia.

Nas Florestas Estaduais o DAPBio atua de forma integrada como a Divisão de Desenvolvimento Florestal – DDF, que desenvolve atividades com cadeias de produtos florestais não madeireiros, processo de concessão florestal e o manejo florestal.

As atividades nas UCs localizadas na Regional do Juruá são alinhadas com o Escritório Técnico do Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, que fornece apoio logístico e dos técnicos locais nas atividades desenvolvidas no Complexo de Florestas do Gregório - CFERG e ARIE Japiim Pentecoste.

## PROJETO 4. GESTÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL

Este projeto visa fazer a gestão das UCs estaduais com a implementação das atividades inseridas no Programa de Gestão elencados nos seus planos gestores. Para 2019 foi previsto a gestão direta de nove UCs do estado, sendo oito de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental – APA Lago do Amapá, APA Igarapé São



Francisco, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Japiim Pentecoste, Floresta Estadual Antimary, Afluente, Rio Gregório, Mogno e Riozinho do Liberdade) e uma Unidade de Proteção Integral (Parque Estadual Chandless).

#### **METAS**

09 Unidades de Conservação com Planos de Gestão e Programas de Manejo implementados e Conselhos ativados

## **AÇÕES**

Para o alcance dos resultados e metas foram previstas e realizadas as seguintes ações:

- Área Japiim Pentecoste - reativação do Conselho Gestor (realizadas 02 reuniões e 01 capacitação dos conselheiros); sinalização da UC (instalação de 06 placas) e a implementação de ações de uso público com ênfase no *Birdwatching* (observação de pássaros).

As ações realizadas na ARIE Japiim Pentecoste nos levou a identificar problemas como: retirada ilegal de madeira por pessoas fora da comunidade; captura ilegal de aves e coleta, sem critérios adequados, de açaí (pés derrubados, extração de cachos verdes, dentre outros) por moradores fora da comunidade.

- Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá posse dos 22 conselheiros do Conselho Gestor para o biênio 2019-2020; instalação de 10 placas de sinalização com o objetivo de identificar o perímetro da unidade de conservação.
- Área Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco Posse dos 28 conselheiros do Conselho Gestor para o biênio 2019-2020; visita de observadores de aves para a prática de birdwatching; fiscalização para coibir a caça ilegal na unidade; instalação de 06 placas de sinalização; elaboração e assinatura do "Termo de Compromisso e Compensação Ambiental", que visa a transferência de recursos financeiros oriundos da compensação ambiental do empreendimento Terras Alphaville na APA Igarapé São Francisco. Recursos na ordem de R\$ 93.000,00 serão aplicados para



consolidação da APA, conforme preconiza a legislação, após tramitação do processo.

- Floresta Estadual do Afluente - a Gleba Afluente encontra-se em processo de arrecadação por parte do Governo do Estado do Acre, junto a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, por se tratar de uma área federal, no entanto o decreto de criação da UC em seu artigo 2°, assegura a permanência das populações tradicionais que habitam a área, de acordo com o disposto no Decreto federal nº 4.320/2002 e o Plano de Manejo da unidade. As atividades e ações desenvolvidas na Unidade seguiram o planejamento anual da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade, no entanto algumas atividades precisaram ser remanejadas para o ano de 2020. Também foi elaborado, via consultoria, o Plano de Manejo da Unidade que se encontra em fase de análise pelos técnicos da DAPBio. Foram empossados 13 conselheiros da Unidade. Foram instaladas placas de sinalização da Unidade na entrada das seis (06) vias de acesso e nos lotes que estão com moradias construídas dentro da Floresta Estadual do Afluente e nas margens da BR-364. É importante informar que a Floresta Estadual do Afluente foi dividida em 141 lotes, dos quais apenas 41 encontram-se ocupados por moradores, ou apenas com a implantação de algum tipo de atividade agropecuária.

Foram realizadas diversas missões de fiscalização na Unidade, no entanto destacamos a necessidade de as mesmas serem intensificadas, devido as constantes denúncias de venda e troca de lotes por pessoas de outros estados, que por não consultaram o Órgão público responsável pela gestão da Unidade, desconhecendo os critérios de uso e as atividades produtivas que podem ser desenvolvidas na Unidade. Destaca-se ainda a presença de "grileiros" que estão comercializando lotes na cidade de Manoel Urbano e no vizinho estado de Rondônia, dentro da área da floresta pública, inclusive com a emissão de contrato de compra e venda de lotes.

- Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG - a Floresta do Rio Gregório, juntamente com as Florestas Estaduais do Rio Liberdade e do Mogno



formam o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG e foram criadas para mitigar os impactos ocasionados pela construção da BR 364.

No mês de novembro de 2019 foi realizada vistoria técnica para acompanhar a instalação de 15 placas de identificação do CFERG, ao longo da BR-364, distribuídas da seguinte maneira: 05 placas para a Floresta Estadual do Rio Liberdade; 05 placas para a Floresta Estadual do Rio Gregório.

Outras 09 (nove) placas encontram-se na Unidade de Gestão Ambiental Integrada – UGAI do Rio Liberdade, as quais serão instaladas nos trechos dos Rios Gregório, Acuraua e Liberdade, no período de 02 a 07 de janeiro em 2020.

No Complexo de Florestas de Rio Gregório foram desenvolvidas atividades referentes ao manejo de produtos florestais não madeireiros; capacitação teórico-prática em inventário florestal para a exploração de Cocão na Floresta Estadual do Mogno; audiências públicas para lançamento do pré-edital para concessão florestal; monitoramento da regularização fundiária do CFERG por técnicos do Iteracre, onde foi identificado uma série de irregularidades e também problemas de caça ilegal.

- Floresta Estadual do Antimary (FEA) - as atividades foram centradas principalmente na sinalização da Unidade com a instalação de placas orientativas. A Floresta Estadual do Antimary – FEA passa por graves problemas fundiários, envolvendo principalmente "invasores". Em relação a essa prática de ocupação ilegal de áreas públicas, a Sema realizou operações de "Garantia da Lei e da Ordem – GLO", juntamente com o Exército Brasileiro e demais instituições de comando e controle do Município de Rio Branco, Estado e do Governo Federal (Semeia, BPA, Ibama e ICMBio) para o monitoramento das invasões e coibir está prática. As invasões de lotes descaracterizam a unidade comprometendo todo o seu ativo ambiental. Os assentamentos da reforma agrária (PA Uirapuru e PAE Limoeiro e Canari) no entorno da FEA surgiram por meio de sua descaracterização, pois, antes essas áreas faziam parte da Floresta Estadual do Antimary. A atividade de exploração madeireira não foi realizada no ano de 2019, pois o processo de



licenciamento ambiental dos pedidos de revalidação da autorização de exploração não foi viabilizado.

Em relação ao "Programa Luz para Todos", já foram solicitados pelo gestor da Unidade os procedimentos para o licenciamento ambiental e a viabilidade da rede, que irá beneficiar os ramais que ainda não foram beneficiados pelo programa na Unidade. A instalação da internet na unidade está no aguardo do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam para atualizar o sistema e o envio da antena.

- Parque Estadual do Chandless - o monitoramento ambiental participativo e o monitoramento da biodiversidade do Parque Estadual do Chandless são executados pelo Programa Monitora do parque. O monitoramento in situ da biodiversidade é uma das principais ferramentas utilizadas para subsidiar a gestão e a proposição de medidas adequadas para conservação de espécies e dos ambientes monitorados. A prática do monitoramento de organismos bioindicadores vem sido implementado em Unidades de Conservação públicas, por meio do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), com apoio do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), com intuito de avaliar o papel desempenhado por essas UCs para conservação da biodiversidade. Uma importante ação ocorrida em 2019 foi a realização do primeiro Curso de Monitoramento de Plantas: coletas e identificação de amostras botânicas de plantas (03-15 de abril), como parte da agenda do Programa Monitora. O Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico de Nova York (NYBG) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) realizaram a atividade, que contou com a participação de representantes comunitários de seis Unidades de Conservação do estado do Acre e uma do Amazonas. Do Parque Estadual Chandless foram capacitados seis monitores em técnicas de coleta botânica, herborização de plantas, conhecimento histórico e estrutural de herbários, aspectos da diversidade e da conservação de plantas, uso de dados ambientais e do Programa Monitora na gestão, uso e conservação dos recursos naturais, entre outros temas relacionados com o monitoramento de plantas.



Entre os meses de maio-junho de 2019 foram realizadas coletas de dados dos alvos básicos de mamíferos e aves cinergéticas e borboletas frugívoras. Para coordenação e suporte técnico aos monitores foram realizadas duas expedições, uma no início do ano para entrega de material, equipamento e combustível aos monitores, e uma viagem em julho/2019 para coleta dos formulários de campo para posterior tabulação dos dados. Ao todo já foram registadas 34 espécies de mamíferos e 13 tribos de borboletas que ocorrem na região e estão listadas no guia. Uma análise preliminar dos dados, mostra que a riqueza e a abundância de espécies registradas no PEC são maiores que as registradas nas demais UCs do estado inseridas no Programa Monitora. Também destacamos a "assinatura" das tribos de borboletas frugívoras, que apresenta um bom equilíbrio entre espécies que são fortemente associadas com ambientes abertos, ambientes de florestas fechadas e espécies com forte associação com gramíneas e bambus.

As atividades de uso público, com ênfase birdwatching previstas no planejamento para implementação de observação aves como estratégia de uso público em seu primeiro ano contou com a Expedição do pesquisador inglês Mr. Robert Giles, realizada simultaneamente com o treinamento do Curso avançado de plantas com incursões em trilhas, utilização da plataforma de observação de aves e registro de 376 espécies consideradas extremamente raras e muito visadas pelos "birders".

Foi realizado a aquisição de equipamento para a Unidade (barco, telefones celulares a serem entregues em 2020), através do Projeto Amazônia 2.0, um desdobramento do projeto de fortalecimento da paisagem binacional, que inclui além do Parque Estadual Chandless, as TIs Alto Purus e Mamoadate no Brasil e as áreas protegidas do Peru (Parque Nacional Alto Purus, Reserva Comunal Purus). Além da realização de duas visitas técnicas da equipe do projeto ao Chandless e a Sema. O Projeto Amazônia 2.0 visa fortalecer o monitoramento comunitário, através da criação de plataforma social, capacitação de comunitários e criação da plataforma tecnológica, integrando informações das áreas que compõem o escopo do projeto.



### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

### 1. ARIE Japiim Pentecoste

- 14 Conselheiros capacitados
- 02 Visitas de campo para fiscalizar e coibir crimes ambientais
- 06 Comunidades localizadas na ARIE sinalizadas

### 2. APA do Amapá

- 22 Conselheiros titulares e suplentes empossados
- 14 Conselheiros capacitados em gestão e geoprocessamento
- 01 Atividades de uso público com ênfase em birdwatching realizada, envolvendo técnicos e comunidade
- 12 Vistorias de monitoramento ambiental realizadas (comunidade)
- 02 Visitas de campo para fiscalizar e coibir crimes ambientais na APA
- 02 Palestras ministradas sobre unidades de conservação para estudantes do ensino médio e acadêmicos
- 02 Trabalhos científicos apresentados em seminários, envolvendo técnicos e acadêmicos
- 10 Placas de sinalização instaladas
- 1 Calendário fenológico elaborado
- 1 Projeto arquitetônico para reforma da passarela de acesso à Lápide do sítio histórico de Plácido de Castro

#### 3. Floresta Estadual do Afluente

- 01 Plano de manejo elaborado em fase de revisão
- 26 Conselheiros capacitados e empossados
- 06 Estradas de acesso a unidade sinalizadas
- 41 Lotes sinalizados
- 02 Visitas de fiscalização realizadas

#### 4. Complexo de Florestas Estadual do Rio Gregório

03 Planos de manejo revisados



- 15 Placas de sinalização instaladas
- 03 Audiências públicas para concessão florestal realizadas
- 02 Visitas de fiscalização realizadas

### 5. Floresta Estadual do Antimary

- 10 Placas de sinalização instaladas
- 03 Visitas de fiscalização realizadas
- 03 Visitas técnicas na área de manejo florestal com alunos da UFAC
- 05 Ramais recuperados na FEA

### 6. Parque Estadual Do Chandless

- 04 Projetos de pesquisa e pós-graduação em andamento e acompanhados pelo gestor.
- 06 Monitores da biodiversidade capacitados no Curso de plantas lenhosas
- 02 Coletas do Programa Monitora realizadas, com registro de 34 espécies de mamíferos e 13 espécies de borboletas
- 04 Expedições de *birdwatching* realizadas e 376 espécies de pássaros identificadas 02 Visitas técnicas do Projeto Amazônia 2.0 realizadas

### 7. APA do Igarapé São Francisco

28 Conselheiros empossados titulares e suplentes

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Comunitários; comunidade Acadêmica e técnicos da Sema

#### **PARCERIAS**

WWF Brasil, PSAM, ARPA, BID – PDSA, BID – PDSA II, ICMBio, SEPA, FUNAI, CPI, PSAM, CI, KfWREMII, SETUR, SEE, CNS, IMC, IFAC, UFAC, Escola Ruy Azevedo, Funtac, Amprea, Seinfra, SEBRAE, IMAC, ARPA, Prefeitura municipal de Sena Madureira, Prefeitura municipal de Mâncio Lima.



#### **FONTE E RECURSO**

Quadro 12 - Fonte e recurso utilizados

FONTE	RECURSO TOTAL R\$	RECURSO UTILIZADO EM 2019 R\$
		36.300,68
BID-PDSA	6.125.921,17	Diárias: R\$ 39.986,10
		Pagamento de placas de sinalização: R\$ 49.000,00

<sup>\*</sup>Os recursos foram utilizados para o pagamento de diárias referentes ao fortalecimento das UCs e Conselhos Consultivos, abastecimento e o pagamento de placas de sinalização. O recurso é o da linha do PDSA, destinado a apoiar as atividades desenvolvidas pela SEMA nas unidades de conservação

### JUSTIFICATIVA DAS ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

As atividades planejadas em 2019 referentes a fiscalização das unidades não ocorreram conforme o planejado, devido ao número reduzido de técnicos da DAPBio, bem como pela necessidade de uma maior articulação com o setor de fiscalização do IMAC e do BPA. As atividades destinadas ao programa de voluntariado em UCs e operacionalização do SEANP serão realocadas para o planejamento de 2020, assim como a capacitação dos conselheiros das APAs do Igarapé São Francisco e do Lago do Amapá. As mesmas não ocorreram devido a não conclusão do Plano Operativo Anual – POA do Projeto Paisagens Sustentáveis – PSAM, que prevê recursos para a realização de capacitações, intercâmbios e reuniões ordinárias dos conselhos gestores da APAs. Essas atividades constarão no planejamento anual das unidades para o ano de 2020.

# PROJETO 5. CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – SEANP

Este projeto leva em consideração a necessidade de revisar a Lei 1.426 de 2001, que institui a Lei de Florestas do Acre para se adequar às mudanças institucionais, além de permitir o intercâmbio de gestores, com o objetivo de fortalecer o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas no Estado.

#### **METAS**

Realizar intercâmbios para 30 gestores de áreas naturais protegidas do Acre.



## **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

Para o alcance dos objetivos e metas foram realizadas as ações a seguir.

- Elaboração do Projeto de Lei do Sistema de Áreas Naturais Protegidas –
   SEANP. A minuta de lei do SEANP foi revisada em 2019 pela Procuradoria
   Geral do Estado PGE
- Realização de intercâmbios de gestores de Áreas Protegidas Aps. O encontro anual de gestores de UCs do estado Acre tem como objetivo principal o fortalecimento do Sistema de Áreas Naturais Protegidas, bem como promover a troca de experiências em gestão de UCs e o alinhamento de ações e atividades desenvolvidas pelas instituições.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- 27 Gestores participando do encontro de gestores de UCs;
- Projeto de lei elaborado e número de intercâmbios realizados;
- Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas fortalecido no Estado do Acre.

### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Técnicos, Gestores de Unidade de Conservação e Comunitários

#### **PARCERIAS**

Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, Comunidade Humaitá Moa, COOPFRUTOS, BID-PDSAII

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 13 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR	NOME DO EVENTO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	LOCAL/DATA
Adriano Alex Santos e Rosário	III Missão de Supervisão do Banco Mundial, 30h, Apoio CI PSAM	Palestrante	Porto Velho/RO 19 a 22/11/2019
André Schatz	III Missão de Supervisão do Banco Mundial, 30h, Apoio CI PSAM	Participante	Porto Velho/RO 19 a 22/11/2019
Roger Daniel Recco	III Missão de Supervisão do Banco Mundial, 30h, Apoio CI PSAM	Participante	Porto Velho/RO 19 a 22/11/2019



Mirna Caniso	Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS, 40h, Apoio CI/PSAM e REM/KfW	Participante	Recife/PE11 a 14/12/2019
Ricardo Antônio de Andrade Plácido	Encontro Brasileiro de Observação de Aves – Avistar Brasil, 20h, Apoio CI/PSAM	Participante	São Paulo/SP/ 17 a 19 /05/2019
Mirna Caniso	10ª Semana da Biologia - "O Papel do Biólogo na Conservação e Educação Ambiental".	Palestrante	Xapuri-AC/03 a 06/06/2019
Mirna Caniso	IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social	Palestrante	Recife/PE 11 a 14/12/2019
Mirna Caniso	IV Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social	Participante	Recife/PE 11 a 14/12/2019
Mirna Caniso	Seminário Secas e Inundações – Construindo soluções Globais a partir da Região MAP	Participante	Rio Branco/AC 23 e 24/04/2019
Mirna Caniso	4º Encontro de Gestores de Áreas Protegidas do Acre	Participante	Xapuri/AC 03 a 06/06/2019
Mirna Caniso	Oficina Amazônia Legal Sem Resíduos	Participante	Xapuri/AC 09 e 10 de julho
Mirna Caniso	Assistência Técnica à produção rural sustentável na APA Lago do Amapá	Participante	Rio Branco/AC 22/10/2019

### 1.3. DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - DGAT

Conforme Art. 1º do Decreto no. 3.899, de 29 de agosto de 2019, que estabelece a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema, a **Divisão de Gestão Ambiental e Territorial – DGAT** está vinculada ao Departamento de Meio Ambiente e Floresta e Diretoria Executiva, respectivamente, composta por três Núcleos:

- Zoneamento Ecológico-Econômico NuZEE;
- Etnozoneamento NuETNO;
- Desenvolvimento Rural Comunitário NuDRC.

Dentre as atribuições do DGAT destacam-se: o planejamento e a orientação de políticas públicas para subsidiar a gestão ambiental e territorial do Estado no âmbito dos instrumentos de gestão (ZEE, PGTI e PDC).



A atribuição do Núcleo de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é promover a atualização do ZEE-AC, sua difusão, monitoramento, avaliação e consolidação dos seus estudos de forma a subsidiar e orientar o planejamento de ações voltadas para o uso adequado dos recursos naturais no processo de desenvolvimento sustentável do Acre.

É atribuição do Núcleo de Etnozoneamento apoiar o zoneamento nas Terras Indígenas do Acre, elaborar e acompanhar os Planos de Gestão Territorial Indígenas, bem como, através de parcerias, subsidiar a implementação dos mesmos, tendo por finalidade a promoção de uma melhor gestão dos territórios indígenas.

O Núcleo do Desenvolvimento Comunitários tem por atribuição a elaboração, o monitoramento e o apoio à implementação dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, contribuindo para sua inclusão econômica, social e ambiente.

### PROJETO 6. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO - ZEE/FASE III

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC é fundamental para a demarcação das zonas econômicas e ambientais do território acreano, visando garantir o desenvolvimento sustentável do Estado, em consonância com a Lei Nacional de Florestas. O objetivo do Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, Fase III é estruturar um modelo de gestão ambiental integrado que contemple diversos temas os recursos naturais, a socioeconomia e os aspectos da cultural e da política, bem como o desenvolvimento econômico do Estado.

#### **METAS**

- Ter 01 mapa de subsídio à gestão territorial aprovado;
- Ter 01 Resumo executivo elaborado;
- Ter 01 Minuta de Lei do ZEE submetida a ALEAC.

## **AÇÕES REALIZADAS**

Para o alcance dos resultados foi necessário reestruturar e nomear os novos membros da Comissão Executiva do ZEE - CEZEE, considerando a Lei



Complementar nº 7, de 24 de maio de 2019, que alterou a Lei complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018 e dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Deu-se continuidade à Consulta Pública para colher subsídios ao novo Mapa de Gestão do Estado do Acre, os quais foram submetidos aos membros da CZEE. Foram realizadas oficinas de revisão, avaliação e validação das propostas do Mapa de Gestão, bem como reuniões de avaliação e estruturação do Resumo Educativo do ZEE.

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Incorporação das contribuições colhidas durante a consulta pública ao mapa de gestão.
- Avaliação do Mapa de Gestão pela CEZEE com recomendação de adequações ao produto.
- Resumo Executivo do ZEE estruturado.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Toda a população acreana, cerca de 816.687 pessoas.

#### **PARCERIAS**

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Universidade Federal do Acre – UFAC, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

#### **FONTE E RECURSO**

REM/KFW - Valor executado: R\$ 6.859,00.

### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

A minuta da Lei do ZEE, conforme previsto nas metas de 2019, não foi submetida a ALEAC, pois a mesma está passando por ajustes, conforme recomendações dos membros da CZEE. A nova versão do Mapa de Gestão foi apresentada à CEZEE no início de dezembro e será submetida ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta para aprovação final em 2020.



### PROJETO 7. PLANO DE GESTÃO EM TERRAS INDÍGENAS - PGTIS

O projeto visa, através do Etnozoneamento, elaborar os Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PGTIs) de forma a subsidiar os indígenas na gestão efetiva de seus territórios e facilitar acesso aos serviços públicos básicos e a segurança alimentar. O Etnozoneamento é um instrumento de diagnóstico e planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios, sendo elaborado de forma participativa com o intuito de garantir a autonomia indígena. Esse instrumento procura considerar as especificidades de cada povo indígena, respeitando a diversidade cultural.

Os Planos de Gestão em Terras Indígenas decorrem desta noção de gestão contida no diagnóstico e, se configuram enquanto documentos onde estão registrados formalmente os acordos internos sobre os usos e exploração econômica dos recursos naturais, as ações necessárias para alcançar os objetivos e o conjunto de demandas básicas de cidadania, cuja meta é garantir o uso sustentável da terra. Resultam dessa prática as cartas de intenções e os acordos coletivos sobre o uso dos recursos naturais, visando o planejamento e a normatização do uso do território.

#### **METAS**

- Ter 4 PGTIs elaborados
- 21 PGTIs atualizados

## **AÇÕES REALIZADAS**

No ano de 2019 foi realizada em parceria com a FUNAI,

- III Oficina de elaboração do Etnozoneamento da Terra Indígena Naua no município de Mâncio Lima e o Monitoramento de salvaguardas ambientais; em parceria com a FUNAI;
- Nova publicação do Edital de Chamamento Público nº 001/2019 para os Festivais Indígenas;
- Negociação para a retomada dos recursos da atividade de Desenvolvimento Agroflorestal Sustentável em Terras Indígenas do Projeto PROSER/BIRD;



- Digitalização dos mapas temáticos da I Oficina de elaboração do Etnozoneamento da Terra Indígena Arara do Rio Amônia e da III Oficina de elaboração do Etnozoneamento da Terra Naua;
- Adequações do Edital 002-2018, com o objetivo de apoiar ações de implementação de PGTIs e no Edital 003-2018, além da republicação do Termo de Colaboração 001-2018 com a Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas-AMAAIAC.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Mapas temáticos digitalizados
- 02 PGTIs elaborados

### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Populações indígenas do Estado do Acre.

#### **PARCERIAS**

ONG Comissão Pro-Índio do Acre, Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas-AMAAIAC.

#### **FONTE E RECURSO**

Fonte: PROSER/BIRD - R\$ 14.908,46

#### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

As atividades previstas e não executadas em 2019, deve-se ao fato de não ter a contratação da logística para a realização das ações e a supressão de recursos do PROSER/BIRD durante todo o ano. Após negociações entre o Banco Mundial e o Governo do Estado, com destaque para a participação ativa da equipe técnica da SEMA, foi possível antes do encerramento do ano, reaver grande parte dos recursos contingenciados, o que viabilizará as ações para o cumprimento de meta residual de 2019 e às postuladas para 2020.



### PROJETO 8. DESENVOLVIMENTO RURAL COMUNITÁRIO

Este é um projeto especial, ancorado no Programa Negócios Sustentáveis, visando o desenvolvimento da economia florestal, através de uma série de ações voltadas para a melhoria do setor, tais como: Projeto de Desenvolvimento Comunitário - PDC, a construção e retificação de Ramais, o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, piscicultura e energia alternativa, previstas no Projeto Mais Floresta. Uma das ações do Projeto Mais Floresta é o fortalecimento socioeconômico e ambiental de comunidades rurais através dos Planos de Desenvolvimento Comunitário – PDCs e do projeto Incremento à Produtividade Comunitária – IPC, incrementados nesta gestão com a oferta de Assistência Técnica Rural – ATER.

O PDC e o IPC se complementam e tem como objetivo estratégico proporcionar maior inserção das comunidades rurais no desenvolvimento regional, fomentando políticas públicas estaduais que garantam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental e econômica dessas comunidades. Juntos estes dois instrumentos orientam para a inclusão social e a vocação econômica de cada comunidade com a implementação de ações para a melhoria nas condições de vida das comunidades com serviços básicos nas áreas de saúde, educação, saneamento, cidadania e assistência social; o fortalecimento comunitário como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável; e a produção sustentável com foco na floresta e na recuperação de áreas alteradas, integrando as cadeias produtivas da agricultura familiar.

#### **METAS DE 2019**

 Ter 48 comunidades beneficiadas com PDCs monitoradas socioambientalmente.

## **AÇÕES REALIZADAS**

Foram realizadas o monitoramento socioambiental das comunidades beneficiadas pelo PDC. O técnico aplicava questionário com o beneficiário, realizava registro fotográfico das benfeitorias e repassava orientações para o uso adequado



de equipamentos e dos recursos naturais relacionados ao processo produtivo. Quando era detectado algum dano ambiental, ações mitigadoras eram instruídas ao morador. No caso da impossibilidade de o habitante realizar a ação corretiva, isto passava a constar no relatório de campo para posterior encaminhamento de resolução junto ao órgão competente.

Além disso, foi iniciado o levantamento preliminar de áreas potenciais para receber apoio a produção rural, tendo como ponto de partida, as comunidades beneficiárias de PDC e com registro de bons resultados econômicos. Com isso, foram pré-selecionadas 8 comunidades que deverão receber o projeto Incremento à Produtividade Comunitária – IPC.

Com o IPC a perspectiva com a inserção de Assistência Técnica e um acompanhamento efetivo do projeto, viabilizará o crescimento produtivo, com aumento de renda e qualidade de vida aos beneficiários.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

- Avaliação de 48 PDCs implantados através das visitas de monitoramento socioambiental:
- Fortalecimento Socioeconômico e ambiental de comunidades rurais por meio dos Planos de Desenvolvimento Comunitário – PDCs;
- Pré-seleção de áreas para receber o projeto Incremento à Produtividade Comunitária – IPC.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Do universo de 48 PDCs foram impactadas diretamente cerca de 1.920 famílias (7.680 pessoas) com o monitoramento.

#### **PARCERIAS**

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre – CBMAC, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT.



## **FONTE E RECURSO**

PROSER/BIRD - R\$ 1.950.000,00.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 14 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR  Antônio Marcos Costa da Silva	NOME DO EVENTO  1. Workshop Políticas    Ambientais do Estado do    Acre. 2. Oficina de apresentação do    diagnóstico dos conflitos    fundiários e socioambientais    no Estado do Acre.	FORMA DE PARTICIP AÇÃO  1. Particip ante. 2. Particip ante. 3. Particip ante.	LOCAL/DATA  1. UFAC/10/2019. 2. Auditório da PGE/11/06/2019. 3. FUNTAC/12/2019.
Aucemir Lima dos Santos Edna Silva Araújo	<ol> <li>Workshop: Políticas         Ambientais do Estado do Acre.     </li> <li>Seminário Resíduos Sólidos.</li> <li>Primeiro mutirão do Programa de Regularização Ambiental - PRA)</li> </ol>	1. Particip ante. 2. Particip ante. 1. Particip ação	<ol> <li>UFAC/10/06/2019.</li> <li>SEFAZ/09/07/2019.</li> <li>Ramal granada- Acrelândia/22 de junho de 2019.</li> </ol>
Elaine Lopes	<ol> <li>Evento Painel de Alto Nível do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre.</li> <li>Workshop: Políticas Ambientais do Estado do Acre.</li> <li>Primeiro mutirão do Programa de Regularização Ambiental - PRA)Taller del Grupo Geográfico Transfronterizo de la Amazonía Sur-Occidental GTASO.</li> </ol>	<ol> <li>Particip ação.</li> <li>Particip ação.</li> <li>Particip ação.</li> <li>Particip ação.</li> </ol>	<ol> <li>FAEAC-FIEAC/05 de junho de 2019.</li> <li>UFAC/10 de junho de 2019.</li> <li>Ramal granada-Acrelândia/22 de junho de 2019.</li> <li>Universidad Nacional de Puerto Maldonado-Peru/01 a 05 de julho de 2019</li> </ol>
Emilson Silva	Seminário de Seca e     Inundações	1. Particip ante	1. UFAC/23 a 24 de maio de 2019.



Izaias Brasil da Silva	<ol> <li>Evento Painel de Alto Nível do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre.</li> <li>Workshop: Políticas Ambientais do Estado do Acre.</li> <li>Seminário de Seca e Inundações</li> <li>Inventário Florestal MAP-FIRE</li> <li>Seminário Resíduos Sólidos.</li> </ol>	<ol> <li>Particip ante/Or ganiza dor</li> <li>Particip ante</li> <li>Particip ante</li> <li>Particip ante.</li> <li>Organi zador</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>SEFAZ/09 de julho de 2019.</li> <li>SEFAZ/09 de julho de 2019.</li> </ol>
Jhon Miller Peña Febre	<ol> <li>Evento Painel de Alto Nível do Zoneamento Ecológico- Econômico do Acre.</li> <li>Workshop: Políticas Ambientais do Estado do Acre.</li> <li>Seminário Resíduos Sólidos.</li> </ol>	<ol> <li>Particip ante/Or ganiza dor.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> </ol> <ol> <li>Particip ante.</li> <li>FAEAC/FIEAC/05 de junho de 2019.</li> <li>UFAC/10 de junho de 2019.</li> <li>SEFAZ/09 de julho de 2019.</li> </ol>
Joziane Silva Evangelista	<ol> <li>Evento Painel de Alto Nível do Zoneamento Ecológico- Econômico do Acre.</li> <li>Mudanças Climáticas: Tudo Integrado.</li> <li>Workshop: Políticas Ambientais do Acre.</li> <li>Seminário Resíduos Sólidos.</li> </ol>	<ol> <li>Particip ante.</li> <li>EAEAC-FIEAC/05 de junho de 2019.</li> <li>FAAO/05 de junho de 2019 (noite)</li> <li>UFAC/10 de junho de 2019.</li> <li>SEFAZ/09 de julho de 2019.</li> </ol>
Layonsberg Souza da Silva	<ol> <li>Evento Painel de Alto Nível do Zoneamento Ecológico- Econômico do Acre.</li> <li>Workshop: Políticas Ambientais do Estado do Acre.</li> </ol>	<ol> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> <li>Particip ante.</li> </ol> <ol> <li>FAEAC-FIEAC/05 de junho de 2019.</li> <li>UFAC/10 de junho de 2019.</li> </ol>
Lidiana de Sousa Meneses	Evento Painel de Alto Nível     do Zoneamento Ecológico- Econômico do Acre.	<ol> <li>Particip 1. FAEAC-FIEAC/05 de ante. junho de 2019.</li> <li>Particip 2. UFAC/10 de junho de ante. 2019.</li> </ol>



	2. Workshop: Políticas	3. Particip	3. SEFAZ/09 de julho de
	Ambientais do Acre.	ante.	2019.
	3. Seminário Resíduos Sólidos.		
	Workshop: Políticas		1. UFAC/10 de junho de
	Ambientais do Acre.	1. Particip	2019.
Marcelo José Silveira	2. Taller del Grupo Geográfico	ante.	2. Universidad Nacional de
Lima	Transfronterizo de la	2. Particip	Puerto Maldonado-
	Amazonía Sur-Occidental	ante.	Peru/01 a 05 de julho de
	GTASO.		2019.
Tais Karina Krugerr	Seminário de Seca e	1. Particip	1. UFAC/23 a 24 de maio
Pereira	Inundações	ante	de 2019.
	Seminário de Seca e	1. Particip	1. UFAC/23 a 24 de maio
Valnir Costa dos	Inundações.	ante	de 2019.
Santos	2. Seminário Resíduos	2. Particip	2. SEFAZ/09 de julho de
	Sólidos.	ante	2019.
	Evento Painel de Alto Nível		
	do Zoneamento Ecológico-	1. Partici	1. FAEAC-FIEAC/05 de
	Econômico do Acre.	pante.	junho de 2019.
Wilian José Santos de	2. Reunião do Comitê Gestor.	2. Partici	2. SEMA/11 de junho de
Arruda	Cerimonial de posse do	pante.	2019.
	Conselho Gestor da APA	3. Partici	3. Auditório da PGE/18 de
	lago do Amapá e APA	pante.	junho de 2019.
	Igarapé São Francisco.		

## **CAPACITAÇÃO RECEBIDA**

Quadro 15 – Capacitações Recebidas

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Aucemir Lima dos	Pós-Graduação em Agricultura	IFAC	Início: mês 09 de 2019 a
Santos	Familiar	IFAC	mês 06 de 2019
Izaias Brasil da Silva	Curso de Inglês	FISK	Fevereiro de 2019

### 1.4. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - DDF

A Divisão de Desenvolvimento Florestal contribui para a definição de diretrizes e implementação das ações de Manejo Florestal Sustentável, Manejo Florestal Madeireiro e não Madeireiro e da Concessão Florestal com cooperação mútua na área técnica, social e científica com entidades nacionais, estaduais, municipais e internacionais na área florestal.



São atribuições da Divisão coordenar, planejar e executar atividades de políticas públicas voltadas para a produção nas florestas públicas, para o uso sustentável dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, buscando o crescimento e consolidação das cadeias produtivas florestais, resultando em desenvolvimento econômico e social, respeitando os mecanismos de suporte ambiental.

A Divisão de Desenvolvimento Florestal é constituída pelo Núcleo de Manejo Florestal Madeireiros, Núcleo de Concessão Florestal e o Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros.

Núcleo de Manejo Florestal Madeireiros tem por atribuição desenvolver ações ligadas à subvenção econômica de organizações sociais que fomentam cadeias de valor de produtos florestais madeireiros, como o manejo florestal comunitário e produção de artefatos de madeira em UC, Projeto de Assentamentos e comunidades Indígenas. Os Planos de Gestão conveniados têm por objetivo geral fomentar as atividades florestais no Estado do Acre, trazendo alternativa de geração de emprego, renda e o desenvolvimento de cadeias de valor de Produto Florestal Madeireiro.

O Núcleo de Concessão Florestal deve contribuir para o avanço do manejo florestal em bases sustentáveis, auxiliando o ordenamento e o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. Nas florestas públicas deve permitir que o Estado gerencie seu patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos naturais existentes e gerar benefícios econômicos para as comunidades rurais.

Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros desenvolve ações ligadas à subvenção econômica de organizações sociais que fomentam cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros, como as sementes florestais nativas e as oleaginosas *Astrocaryum ulei* (murmuru), *Mauritia flexuoas* L. (buriti), *Attalea tessmannii* Burret (cocão), entre outros. Os Planos de Gestão conveniados têm por objetivo geral fomentar as atividades agroextrativistas no estado, trazendo alternativa de trabalho e renda para comunidades rurais e a valorização das riquezas naturais da floresta Amazônica.



### PROJETO 9. MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL MADEIREIRO - MFSM

Este projeto está baseado no uso sustentável das florestas com base no: i) desenvolvimento socioeconômico da região; ii) na conservação dos recursos naturais; iii) na preservação da floresta e de suas funções, e; iv) na manutenção da diversidade biológica. Por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável Madeireiro em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Projetos de Assentamento Diferenciados e do desenvolvimento de cadeias de valor de resíduos madeireiros.

O objetivo do projeto é fomentar a gestão de cadeias de valor madeireiro, com o apoio à diversificação da produção e a ampliação dos beneficiários para sustentabilidade dos negócios.

#### **METAS**

Elaborar e protocolar os projetos (PMFS) para exploração de 8.436,289 hectares de Unidades de Produção Anual (UPA) para os referidos Panos de Operação Anual (POA) comunitários nas Florestas Estaduais do Antimary, Gregório, Mogno e Liberdade; 596 hectares na RESEX Chico Mendes e PAF Havaí com 910 hectares. Desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e etnias indígenas envolvidas nas atividades de MFSC e na produção de artefatos/artesanato com resíduos madeireiros, bem como o fortalecimento das práticas sustentáveis na exploração madeireira em florestas sob o domínio público.

## **AÇÕES**

Para o alcance dos resultados foram realizadas as seguintes ações:

- Revisão dos Planos de Manejo Comunitários do CFERG realizado na sede da Sema/Iteracre e levantamento da situação dos moradores participantes da atividade para regularização do licenciamento ambiental do PMFS/POA.
- Monitoramento dos Convênios referentes ao Manejo Comunitário do CFERG, do PAF Havaí, da RESEX Chico Mendes nos municípios do Alto Acre, da AMAAIAC e da Associação Seringueira Porto Dias (ASPD) no município de



Acrelândia. Os monitoramentos foram realizados através de reuniões e vistoria para aferição de entrega de equipamentos e insumos adquiridos através de recursos do PDSA II.

- Monitoramento do PMFS do PAF Havaí e CFERG, através de incursões nas áreas de manejo, a fim de, avaliar a execução da atividade e ter o diagnóstico do cumprimento das metas do projeto.
- Manutenção do Manejo Florestal na Florestal Estadual do Antimary através dos pagamentos mensais na quantia de R\$ 1.602,00 para 53 famílias residentes do Antimary via Manejo Florestal e a manutenção do Contrato de R\$ 1.050.00,00 para explorar 21.000 m³ de madeira na Floresta Estadual do Antimary, em benefício de 53 famílias residentes, que recebem R\$ 1.602,00 mensais de um total de 12 parcelas.
- Atualização do Plano de Manejo Florestal da Floresta Estadual do Antimary:
   com formulação do Plano Operacional Anual 2019.
- Revisão do processo de Certificação do PMFS da Floresta Estadual do Antimary: com resolução das questões fundiárias e organização documental dos manejadores, conforme exigências IMAFLORA.
- Monitoramento de PMFS e POA comunitário do Complexo de Florestas do Gregório (cinco associações), com protocolo junto ao IMAC em fase de respostas de pendências técnicas junto ao SINAFLOR (IMAC).

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram encerradas as atividades de exploração dos 596 hectares do POA da Resex Chico Mendes e está em fase final de exploração os 910 hectares do PAF Havaí.

Com relação a cadeia dos artesanatos foi realizado assistência para uma associação comunitária e duas etnias indígenas (Arara e Kaxinawá) com a produção de artefatos/artesanato com resíduos madeireiros distribuídos em cinco terras indígenas, conforme planejado como meta para o ano de 2019.



### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Foram beneficiadas 588 de comunitários distribuídos nas áreas da Resex Chico Mendes, PAF Havaí, Associações do CFERG, Associação Seringueira Porto Dias e AMAAIAC.

#### **PARCERIAS**

Universidade Federal do Acre – UFAC, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), BVRIO e Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC).

#### **FONTE E RECURSO**

Quadro 16 - Fonte e recursos utilizados

FONTE	RECURSO TOTAL R\$	RECURSO UTILIZADO EM R\$
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II), adquirido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Fonte 500.	93.192.397,77	1.487.511,00

<sup>\*</sup>Valor total referente ao Programa.

#### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

As atividades previstas para a exploração dos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis referentes as comunidades localizadas nas Florestas Estaduais do Antimary, Gregório, Mogno e Liberdade não foram executadas devido a não obtenção do licenciamento ambiental. Cabe destacar que todos os processos se encontram protocolados junto ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) aguardando as respectivas autorizações.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 17 - Participação em eventos

Nome do Servidor	Nome do Evento	Forma de Participação	Local/Data
Luciana Rola e Raco	Intercambio Manejo Florestal Comunitário	Fortalecimento do Manejo Comunitário Madeireiro	Capacitação
Luciana Rola e Anelena	Capacitação de formação de preço para peças artesanais (SEBRAE)	Fortalecimento do Manejo Comunitário Madeireiro	Capacitação
Luciana Rola, Anelena e Macio Figueiredo	XIII Salão do Artesanato Raízes Brasileiras	Fortalecimento do Manejo Comunitário Madeireiro	Capacitação/Exposição



	Viver Ciência 2019	Divulgação das ações		
Macio Figueiredo		do núcleo em meio	Exposição	
		acadêmico		
	Intercambio Manejo	Fortalecimento do		
Luciana Rola e Raco	Florestal Comunitário	Manejo Comunitário	Capacitação	
		Madeireiro		
	Capacitação de	Fortalecimento do		
Luciana Rola e Anelena	formação de preço para	Manejo Comunitário	Capacitação	
	peças artesanais	Madeireiro		
	(SEBRAE)			

## CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 18 - Capacitação Recebida

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Todos os servidores Divisão de Desenvolvimento Florestal - DDF	Gestão e Fiscalização de Contratos	Procuradoria Geral do Estado - PGE	Rio Branco/26/11/2019

# PROJETO 10. MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NÃO MADEIREIRO - MFSNM

Os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) podem contribuir com o desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais, através da diversificação da produção e ampliação dos beneficiários para sustentabilidade dos negócios florestais em desenvolvimento no estado. Desse modo este projeto visa fortalecer as etapas de desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos florestais não madeireiros e a consolidação da economia de base comunitária para o cocão (Attallea tessmannii), murmuru (Astrocaryun ssp.) e buriti (Mauritia flexuosa).

#### **METAS**

Beneficiar **635** famílias cooperadas com convênios de subvenção econômica das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros na Região do Juruá.

Realizar o acompanhamento, monitoramento e assistência técnica a 8 (oito) convênios de subvenção econômica das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros na Região do Juruá assinados até 2020 para o fortalecimento dos negócios florestais, bem como viabilizar a pesquisa de produtos e subprodutos



florestais não madeireiros das cadeias de valor, para obtenção de novos nichos de mercado.

## **AÇÕES/ATIVIDADES**

Para o alcance dos resultados foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Monitoramento da cadeia de valor do Murmuru, realizado no município de Rodrigues Alves, com o apoio do Departamento Técnico de Gestão do Juruá; reunião com cooperados da Coopercintra, para tratar de resultados da safra 2018/2019 e discussão das etapas da cadeia para próxima safra.
- Articulação com parceiros em busca de investimentos, pesquisa e apoio técnico; reuniões realizadas na sede da UFAC, Sebrae, SEET, Funtac e SOS Amazônia para apoio técnico e pesquisas da cadeia de valor de produtos florestais não madeireiros; reunião com WWF e GIZ para possível apoio financeiro para participação da equipe técnica e comunitários em eventos, fóruns, feiras, dentre outros.
- Monitoramento da cadeia de valor do Buriti realizado no município de Mâncio Lima com cooperados da Cooperfrutos; monitoramento dos planos de gestão com visita técnica na região do Juruá.
- Monitoramento, avaliação e planejamento dos convênios da cadeia de valor do Cocão, atividade em fase de execução nos municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul com cooperados da Coopermogno, Coapex e Pushuã, para realinhar as ações dos convênios, articular pesquisa a respeito da produção do carvão.
- Participação da VIII Reunião da Câmara Estadual de Comercialização da Produção Familiar do Estado do Acre, apresentação dos projetos desenvolvidos pelas instituições integrantes, informes e reuniões a serem realizadas no estado e discussão a respeito da Lei de Inspeção.
- Acompanhamento dos processos administrativos vinculados ao PDSA II;
   análise dos pedidos de aditivos de tempo, valor; elaboração de TDR; revisão



de contratos; acompanhamento de prestação de contas dos convênios e revisão de documentos técnicos das cadeias de valor.

- Gestão e Assessoria Técnica de sete Convênios relativos às quatro cadeias de valor priorizadas pelo Núcleo de Manejo de PFNM, com elaboração de pareceres técnicos e relatórios de gestão, com base na atualização da viabilidade econômica, diversificação da produção, envolvimento de novas lideranças, potencialização da comunicação, layout das usinas, regimento interno, capacitações continuadas, controle de produção, legalização e certificação da produção, otimização da logística de coleta, inserção de novos produtores, potencialização dos subprodutos, identidade e marketing, entre outros.
- Articulação para liberação dos aditivos de valor de seis convênios (Coopermogno, Coapex, Coopfrutos, Coopercintra, Ayopare).
- Articulação junto à Cooperativa Pushuã para prestação de contas final e encerramento adequado do convênio - ainda com problemas por parte da nova diretoria.
- Articulação do Convênio da Cooperativa Asheninka Ayõpare, que não teve muitas ações diretas (inclusive junto a parceiros), tendo em vista a ainda não liberação do aditivo de valor pela Sema (já devidamente aprovado pelo BID).
- Articulação para encaminhar o Plano de Gestão da Associação Igarapé
   Branco junto à Diretoria da Sema (Nota Técnica) ainda sem definição oficial
   da Sema e retorno para a comunidade.
- Apoio na elaboração de TDRs para recontratação das assessorias técnica e administrativa, para aquisições de bens e consumo, para contratação de obras e capacitações, bem como orientações e revisão dos produtos, entre outros, para os cinco convênios que receberam o aditivo de valor em 2019.
- Articulação junto às cooperativas Coopermogno e Coapex, bem como suas assessorias e empreiteiras contratadas, para finalização adequada das infraestruturas das usinas de beneficiamento do Cocão.



- Articulação junto às beneficiárias dos sete convênios em andamento a respeito da prestação de contas, especialmente da contrapartida nãofinanceira comprometidas por elas.
- Três visitas técnicas à Coopercintra para monitoramento dos seus dois convênios e planejamento das ações, bem como para capacitação de cooperados e trabalhadores e controle de produção.
- Quatro visitas técnicas à Coopfrutos para monitoramento do convênio e planejamento das ações, capacitação da diretoria e dos produtores em boas práticas de coleta e fabricação e controle de produção, além do acompanhamento das eleições da nova diretoria da cooperativa.
- Duas visitas técnicas à Coopermogno para monitoramento das ações e documentos do convênio, bem como para capacitação de produtores para a realização do Inventário Amostral do Cocão e vistoria técnica de execução da obra, além de um intercâmbio com representantes da Coapex.
- Uma reunião com a Coapex em Cruzeiro do Sul para tratativa do desenvolvimento da obra da usina de extração de óleo do cocão;
- Participação da Câmara de Comercialização do Acre para promoção dos produtos da Sociobiodiversidade (quatro reuniões).
- Participação na Expoacre e Expo Juruá com apoio às cooperativas e suas exposições e negócios.
- Fiscalização das duas consultoras individuais do NMPFNM: apoio ao planejamento e execução das ações junto às organizações conveniadas com a Sema/PDSA II; revisão dos produtos; elaboração de pareceres técnicos e articulação de pagamentos.
- Apoio na organização e participação da Feira de Ciências (Viver Ciência).

### RESULTADOS ALCANÇADOS

Fortalecimento dos negócios florestais vinculados ao manejo não madeireiro, com novos produtos prospectados, para fomento e sustentabilidade socioeconômica e ambiental do MFSNM no Acre, possibilitando a ampliação de nichos de mercado.



### PÚBLICO BENEFICIADO DA DAPBIO

Conforme as metas propostas foram beneficiadas **635** famílias das cooperativas, sendo: Coopfrutos (Mâncio Lima) **20** famílias; Coaapex (Porto Walter) **35**; Coopermogno (Tarauacá) **222**; Coopercintra (Rodrigues Alves e Porto Walter) **252**; Cooperativa Ashaninka Ayopare (Marechal Thaumaturgo) **67**; Cooperativa Agroextrativista Pushuã Shawadawa (Porto Walter) **39**.

#### **PARCERIAS**

Universidade Federal do Acre - UFAC, Sebrae, Secretária de Estado de Indústria Ciência e Tecnologia - SEICT, Fundação de Tecnologia do Acre - Funtac; Earth Inovation Institute - EII.

#### **FONTE E RECURSO**

Quadro 19 - Fonte e recursos utilizados

FONTE	RECURSO TOTAL	RECURSO UTILIZADO
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA		
II), adquirido junto ao Banco Interamericano de	93.192.397,77*	2.492.650,00
Desenvolvimento (BID) – Fonte 500		

<sup>\*</sup>Valor total referente ao Programa.

### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Cabe destacar que a equipe do núcleo desenvolveu todas as metas de assistência aos oito Planos de Gestão propostos, entretanto, vale frisar que em dois planos não foi possível realizar o monitoramento "in loco", devido às condições de acesso, por serem municípios isolados, sendo eles: Convênio 004/2016 (Pushuã); e o Convênio 004/2017 (Cooapex).

Pesquisas em conjunto com Universidade Federal do Acre foram firmadas para serem realizadas com o apoio do núcleo, a fim de desenvolver coeficientes técnicos e índices para melhorar a eficiência da utilização dos produtos, viabilizando novos nichos de mercado.



## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 20 -Participação em eventos

Nome do Servidor	Nome do Evento	Objetivo	Forma de Participação	Local/Data
Patrícia Roth	Viver Ciência 2019	Divulgação das ações do núcleo em meio acadêmico	Exposição	Rio Branco/30 a 31/10/2019

### PROJETO 11. CONCESSÕES FLORESTAIS - CF

As concessões florestais devem contribuir para o avanço do manejo florestal em bases sustentáveis, auxiliando o ordenamento e o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. Nas florestas públicas deverá permitir que o Estado gerencie seu patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos naturais existentes e gerar benefícios econômicos para as comunidades rurais.

Desta forma, o projeto visa consolidar as Concessões Florestais no Estado do Acre para o desenvolvimento socioeconômico da região do entorno do Complexo de Florestas do Gregório (CFERG), através dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

#### **METAS**

Habilitar a concessão de 238.610,19 ha para manejo florestal sustentável para o setor privado no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG (Gregório, Mogno e Liberdade).

## **AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS 2019**

Para o alcance dos resultados foram realizadas as seguintes ações:

Ação 1: Realizar a Concessão nas Florestas Estaduais

Realização de Oficina das Concessões Florestais para apresentação da metodologia, etapas do processo licitatório e benefícios (sociais, econômicos, ambientais) para as associações e comunidades do Complexo de Florestas estaduais do Rio Gregório, no município de Tarauacá.



- Envio do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) das Concessões Florestais para o Serviço Florestal Brasileiro – SFB com o objetivo de validação do mesmo e disponibilidade para consulta pública em endereço eletrônico da Sema.
- Revisão dos comprovantes de pagamento dos manejadores da Floresta Estadual do Antimary, verificação junto a empresa se houve a quitação do volume explorado no POA 2018.
- Revisão da Lei estadual de Gestão de Florestas e encaminhamento a PGE;
- Disponibilização para consulta pública da minuta do Pré-edital das Concessões Florestais do CFERG em endereço eletrônico da Sema.
- Realização das Consultas Públicas nos municípios de Cruzeiro do Sul,
   Tarauacá e Rio Branco, para discussão com membros da sociedade do processo de outorga das florestas.

Ação 2: Monitoramento dos processos da Concessão Florestal.

 Como não ocorreu o lançamento do edital e contratação da empresa outorgada, não se deu o início do monitoramento dos processos de execução das Concessões de Florestas.

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Cabe destacar que a equipe do núcleo realizou algumas etapas que levam a habilitação das florestas estaduais para o processo de concessão das Unidades de Manejo Florestal (UMF) das três florestas localizadas no município de Tarauacá, sendo elas:

- ✓ Oficinas nas associações do CFERG;
- ✓ Consulta pública do PAOF 2020, site da Sema;
- ✓ Consulta Pública do pré-edital, site da Sema;
- ✓ Envio da minuta da Lei Estadual de Gestão de Florestas a PGE;
- ✓ Audiências Públicas nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Rio Branco do pré-edital;



## PÚBLICO BENEFICIADO DA DAPBIO

Não há público beneficiado no momento, uma vez que o processo se encontra na fase de pré-execução, ou seja, habilitação das florestas para a concessão.

#### **Parcerias**

Serviço Florestal Brasileiro – SFB e Universidade Federal do Acre – UFAC.

#### Fonte e Recurso

Quadro 21 - Fonte e recursos utilizados

FONTE	RECURSO TOTAL	RECURSO UTILIZADO
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II), adquirido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Fonte 500	93.192.397,77*	358.651,50

<sup>\*</sup>Valor total referente ao Programa.

#### Justificativa de Atividades Não Realizadas

Concessão Florestal – Algumas ações necessitavam de Contratos que não foram celebrados dentro do Programa como exemplo, a contratação de passagens aéreas, que impossibilitou o descolamento da equipe técnica para intercâmbio para os Estados de Brasília – DF e Para – PA. Podemos destacar ainda que a uma necessidade de estruturação de corpo técnico para maior eficiência das atividades.

#### Participação em Eventos

Quadro 22 - Participação em eventos

Nome do Servidor	Nome do Evento	Objetivo	Forma de Participação	Local/Data
Ana Paula	Viver Ciência 2019	Divulgação das ações do núcleo em meio acadêmico	Exposição	Rio Branco/30 a 31/10/2019

## Capacitação Recebidas

Quadro 23 - Capacitações Recebidas

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Todos os servidores Divisão de Desenvolvimento Florestal - DDF	Gestão e Fiscalização de Contratos	Procuradoria Geral do Estado - PGE	Rio Branco/26/11/2019



Todos os servidores do	Visita Técnica a Flona	Serviço Florestal	Rondônia/ 24 a 26/08/2019
Núcleo	do Jacundá	Brasileiro - SFB	ROHOOHIA/ 24 a 20/00/2019
Todos os servidores do	Intercambio no SFB	Serviço Florestal	Rondônia/27 a 30/08/2019
Núcleo	Intercambio no SFB	Brasileiro - SFB	R01100111a/27 a 30/06/2019

## 1.5. DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DGRH

O Governo do Estado do Acre tem como base normativa ambiental a Lei de nº 1.500 de 15 de julho de 2003 que institui a Política Estadual e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Art. 4º da Lei 1500/2003 prevê que a Política Estadual de Recursos Hídricos deve ser conduzida com base no princípio de que a água é um bem de domínio público, essencial a vida, com disponibilidade limitada e dotada de valor econômico, social e ecológico. Esta lei prevê ainda, em seu Art. 2º, § 2º, que "os agentes públicos estaduais deverão articular-se com os órgãos e entidades federais e municipais, bem como com as entidades civis organizadas, para a efetiva consecução das finalidades e objetivos da Política de Gestão de Recursos Hídricos". Partindo deste pressuposto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema, formalizou a adesão ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, através do Decreto nº 5.698 de 26 de abril de 2013, seguindo os termos estabelecidos pela Resolução ANA nº 379/2013, que prevê o repasse de recursos para os estados mediante o cumprimento de metas, sendo a Sema, a executora dos programas e projetos em nível estadual.

A Divisão de Recursos Hídricos tem como função o gerenciamento de programas e projetos de recursos hídricos, bem como a implementação de seus instrumentos de gestão, como o "Plano Estadual de Recursos Hídricos – PLERH", os Planos de Bacias Hidrográficas, a cobrança, outorga pelo uso dos recursos hídricos, dentre outros referenciados no Art. 8° da Lei n° 1.500 de 2003. A Divisão de Recursos Hídricos é composta por dois Núcleos de gestão, sendo eles, o Núcleo de Monitoramento da Qualidade da Água e o Núcleo de Bacias Hidrográficas.

O Núcleo de Monitoramento da Qualidade da Água é responsável pelo controle em quantidade e qualidade da água de 17 pontos estabelecidos como prioritários nas principais bacias hidrográficas, com registro periódico de seis parâmetros físico-



químicos, que são: pH, condutividade elétrica, OD – oxigênio Dissolvido, temperatura da água e do ar, e turbidez, além da coleta de amostras de água bruta para identificação de PT (fósforo Total), NT (Nitrogênio Total), sólidos totais dissolvidos. Em 2019 as análises foram realizadas por terceirização de serviços laboratoriais, considerando que os trâmites da instalação do laboratório de análise de água ainda se encontram em andamento.

O Núcleo de Bacias Hidrográficas, promove o apoio a gestão dos recursos hídricos nos municípios, para onde são direcionadas as ações de capacitação dos atores públicos locais, através de palestras, oficinas, orientações técnicas e práticas de campo.

## PROJETO 12. CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Este projeto tem como objetivo qualificar e ampliar a participação técnica e social no gerenciamento dos recursos hídricos, através da oferta de cursos; fortalecer os órgãos colegiados através da capacitação dos participantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Cemact e da Câmara Técnica de Recursos Hídricos e oferecer cursos para gestores públicos municipais e demais responsáveis pela gestão de recursos hídricos nos municípios do estado do Acre.

O Plano de capacitação para o Sistema estadual de Recursos Hídricos visa contribuir para o aperfeiçoamento da atuação dos gestores estaduais e ampliar e qualificar o envolvimento social nas instâncias participativas.

#### **METAS**

- 56 técnicos e gestores municipais participando das capacitações quanto ao gerenciamento dos recursos hídricos no estado do Acre;
- 1 capacitação anual realizada para gestores e técnico com os respectivos números de participantes: 15 (2019),



## **AÇÕES/ATIVIDADES**

- Realização da Feira das Águas em alusão ao dia Mundial das Águas: a Sema, através da Divisão de Recursos Hídricos promoveu o evento sobre o dia Mundial das águas, dia 22/03/ foram apresentadas as ações institucionais do Governo do estado com relação aos recursos hídricos, dentre as quais realização de uma campanha de conscientização pública quanto ao desperdício de água no estado e da cobrança pelo seu uso. Foram dispostas informações técnicas de abrangência educacional, palestras educativas, vídeo históricos, entre outros, onde os visitantes puderam conhecer e/ou ampliar o conhecimento das ações institucionais, além da promoção e do fortalecimento de parcerias.
  - Capacitação em Recursos Hídricos dos Gestores Municipais e de **Técnicos:** foi realizada capacitação dos Bombeiros para manutenção das Plataformas de Coleta de Dados nos municípios de Xapuri, Assis Brasil, Porto Acre, Plácido de Castro, Feijó, Tarauacá, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul) para soldados do Corpo de Bombeiros Militar, através da Defesa Civil Estadual, a fim de ampliar o corpo técnico para a manutenção futura das PCDs e garantir funcionalidade e qualidade nas transmissões de dados que possibilitem o acompanhamento em tempo real dos dados de monitoramento dos rios, bem como apoiar a tomada de decisão quanto a ocorrência de eventos críticos. Em Assis Brasil o treinamento permitiu a participação dos técnicos peruanos de Senhami, fortalecendo as parcerias institucionais transfronteiriças, bem como a difusão do conhecimento. De modo geral, a equipe técnica participou de 11 eventos presenciais, dentre os quais: 3ª Oficina do Progestão, Oficina de Trabalho: Estratégia do PLEHR, Curso Direito a governança, Capacitação no modelo OTTO, Encontro nacional de gestão de recursos hídricos, Adoção de boas práticas para uso de medidores acústicos e sondas multiparamétricas de qualidade da água, Curso de Inspeção e segurança de barragens, Curso atualização na NBR ISSO/IEC, Workshop da Defesa Civil, Workshop segurança de Barragens. Além disso,



foi feito o acompanhamento de capacitados na plataforma da Agência Nacional de Águas, onde 8 (oito) moradores do Estado do Acre foram capacitadas.

Contribuição para Difusão do Conhecimento: refere-se a uma das metas do Progestão para o fornecimento das informações sobre a situação da gestão das águas do estado para subsidiar a elaboração do Relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil", que reporta a situação dos recursos hídricos em escala nacional. As informações fornecidas são incorporadas no Sistema de Informações Hidrológicas (HidroWeb), vinculado ao SNIRH e no Portal do monitoramento hidrológico por satélite (HidroSat).

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Técnicos e gestores municipais qualificados para um melhor gerenciamento dos recursos hídricos no estado do Acre.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Gestores e técnicos do Estado e dos municípios do Acre

#### **PARCERIA**

Agência Nacional de Águas – ANA

#### **FONTES E RECURSOS**

Quadro 24 - Fontes e recursos

FONTE	ATIVIDADE FINANCIADA	PARCEIRO/FINANCIADOR	RECURSO (R\$)
Progestão -	Capacitação técnica	ANA	7.187,05

## JUSTIFICATIVA PARA AS AÇÕES NÃO REALIZADAS

Estava previsto a elaboração e execução de quatro cursos para técnicos dos municípios acreanos. No entanto, devido a ajustes administrativos pode-se elabora-los e fazer levantamento dos municípios interessados nas capacitações, deixando a execução dos mesmos para o ano de 2020.



## PROJETO 13. MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

O monitoramento da qualidade da água visa acompanhar as principais características dos corpos hídricos do estado, com o objetivo de avaliar e oferecer à sociedade informações padronizadas de qualidade das águas superficiais e gerar conhecimento para subsidiar a gestão dos recursos hídricos. O projeto prevê o monitoramento dos principais rios do estado, em 17 pontos estratégicos distribuídos nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos, bem como os sistemas de águas das comunidades nas Unidades de Conservação Estaduais.

### **META**

Monitoramento de 17 pontos, com a realização de 04 campanhas, em 09 rios do Estado do Acre e nove pontos na Unidades de Conservação estaduais.

## **AÇÃO/ATIVIDADE**

- Monitoramento da Qualidade de Água: está sendo realizado trimestralmente em 13 (treze) pontos e semestralmente em 17 (dezessete) pontos, totalizando 04 campanhas anuais, distribuídos em 09 rios do Estado do Acre: Abunã, Acre, Iquiri, Purus, Iaco, Envira, Tarauacá, Juruá e Moa. Esta atividade contempla todas as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos do estado em 17 (dezessete) municípios, gerando dados para subsidiar os gestores em suas decisões.
- Visita técnica na área de influência da APA do Amapá: por solicitação da Associação de Moradores da Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá, foi realizada uma visita no dia 13 de agosto, para diagnosticar áreas do Igarapé São Pedro, onde os problemas principais são devido ao processo de urbanização acelerada e desordenada que a área vem sofrendo, apesar de fazer parte de uma Unidade de Conservação Estadual.
- Expedição de campo e coleta de água para análise da qualidade na Unidade Floresta Estadual do Afluente, no período de 16 a 18 de setembro com o objetivo de averiguar a situação dos recursos hídricos na referida Unidade.



Constatou-se que a situação da região é preocupante, devendo-se prever para o ano 2020 ações emergenciais para melhoria da qualidade de vida da comunidade residente na área, com a inclusão de sistemas de tratamento, coleta e distribuição de água com melhor potabilidade para consumo.

Visita técnica (28/03) para diagnosticar áreas na Bacia do Igarapé Judia, onde identificamos problemas como o despejo de resíduos sólidos, a presença de um cemitério e a necessidade de investimentos de infraestrutura para que as bueiras não favorecem o processo erosivo que poderá causar a divisão da estrada nas proximidades da Igreja Presbiteriana do Belo Jardim, tal atividade surgiu por demanda de membros de tal igreja, preocupados com a sustentabilidade da área daquele igarapé.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Principais rios do estado monitorados quanto a qualidade de suas águas

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Sociedade acreana

#### **PARCERIA**

Agência Nacional de Águas – ANA

#### **FONTES E RECURSOS**

Quadro 25 - Fontes de Recurso

FONTE	ATIVIDADE FINANCIADA	PARCEIRO/FINANCIADOR	RECURSO (R\$)
Progestão -	Monitoramento da Qualidade da Água	ANA	46.983,25
Qualiágua	Monitoramento da Qualidade da Água (Transporte de amostras)	ANA	175,99

#### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Quanto aos diagnósticos socioambientais das bacias do Igarapé Encrenca (Epitaciolândia), Igarapé Grande (Assis Brasil) e Igarapé Redenção (Bujari), não foi possível a conclusão dos mesmos devido a mudanças na equipe de elaboração dos mapas que auxiliaria na elaboração dos mesmos.



### PROJETO 14. MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO

As ações da Rede hidrometeorológica subsidiam os gestores públicos na tomada de decisão quanto aos riscos de eventos extremos, como secas e inundações, bem como o monitoramento de variáveis meteorológicas, tais como ventos, umidade relativa do ar, temperatura e precipitação. A Rede de Alerta do Acre é composta por 21 estações hidrometeorológicas e 4 estações meteorológicas, instaladas em pontos estratégicos das principais bacias hidrográficas do estado.

O objetivo do projeto é gerar dados para subsidiar os boletins diários de informações Hidrometeorológico, fornecer dados para as Redes de Monitoramento Nacional e Estadual e gerar informações de alertas sobre eventos extremos (secas e inundações).

A manutenção envolve a substituição de sensores de pressão, correção de cotas, limpeza de pluviômetros, posicionamento de antenas de emissão e captação de dados, monitoramento da qualidade da água, dentre outras atividades de manutenção e de instrução para bombeiros e parceiros institucionais transfronteiriços.

#### **METAS**

Manter as 21 estações Hidrometeorológico e 4 meteorológicas em funcionamento com transmissão de dados acima de 80%.

## **AÇÕES/ATIVIDADES**

Manutenção das estações hidrometeorológicas e meteorológicas do estado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e fornecimento de alertas na ocorrência de eventos extremos.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS

Rede de Alerta de eventos hidrológicos críticos funcionando como subsídio à gestão de risco de desastres naturais no Estado do Acre.



Quadro 26 - Campanhas de manutenções realizadas

CAMPANHAS DE MANUTENÇÕES REALIZADAS EM 2019
Cruzeiro do Sul - 12500000
Mâncio Lima -
Ponte de Tarauacá - 12590000
Feijó – 12650000
Aldeia dos Patos - 13439000
Assis Brasil - 13450000
Brasiléia - 13460000
Xapuri – 13550000
Colônia Dolores - 13540000
Plácido de Castro – 15324000
Porto Acre - 13610001
Santa Rosa do Purus - 13169900
Jordão - 12557000
Jordão - 00971002
Porto Acre - 13610000
Manoel Urbano - 13180000
Marechal Thaumaturgo - 12370000
Porto Velho (Treinamento para manutenção das PCDs modelo OTT.

## **PÚBLICO BENEFICIADO**

Sociedade acreana

## **PARCERIAS**

Agência Nacional de Águas - ANA

Serviço de Proteção da Amazônia - Sipam

Serviço Geológico do Brasil – CPRM/PV

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

## **FONTES E RECURSOS**

Quadro 27 - Fontes e recursos utilizados

FONTE	ATIVIDADE FINANCIADA	PARCEIRO/FINANCIADOR	RECURSO (R\$)
Progestão -	Manutenção das estações hidrometeorológicas estações meteorológicas		38.766,39
Qualiágua			



## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 28 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR	NOME DO EVENTO	DATA	LOCAL	CARGA HORÁRIA
Ana Francisca Dias de Negreiro Silva	Curso- Água na Medida Certa (Curso EAD)	01 de fevereiro a 08 de março de 2019	Curso EAD	20 horas
Ana Francisca Dias de Negreiro Silva	Curso- Adoção de boas práticas para uso de medidores acústicos e sondas Multiparamétricas de qualidade de água.	25 a 29 de março de 2019	Agência Nacional de Águas – ANA Brasília-DF	35 horas
Nadir de Souza Dantas	Curso Adoção de boas práticas para uso de medidores acústicos e sondas Multiparamétricas de qualidade de água.	25 a 29 de março de 2019	Agência Nacional de Águas – ANA Brasília-DF	35 horas
James Antonio Messias da Silva	Lei das águas à luz da Governança	04 a 06 de junho de 2019	Agência Nacional de Águas – ANA Brasília-DF	24 horas
Marilene Vasconcelos da Silva Brazil	3º Oficina Progestao: Intercambio sobre elaboração e implementação do plano de capacitação	18 a 20 de junho de 2019	Agência Nacional de Águas – ANA Brasília-DF	12 horas
Geraldo Israel Milani	Encontro Nacional de Gestão de Recursos Hídricos		Agência Nacional de Águas – ANA Brasília-DF	
James Joyce Gomes	Capacitação dos bombeiros sobre manuseio das plataformas de coleta de dados	08/02, 11/02, 18/02/2019	Municipios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Epitaciolândia	24 horas
James Joyce Gomes	Curso e práticas de Defesa Civil Nacional		Rio Branco	40 horas
Marlene Aparecida Fugiwara Paula Joseanny Borges da silva Iracema Elizabete de Souza Moll	Curso de Inspeção e Segurança de Barragens	15 a 22/02	Brasilia-DF	40 horas
Glauco Lima Feitosa Luis Carlos Cruz da Silva	Treinamento e Workshop em Emergência em Segurança de Barragens	25 a 29/08	Brasilia-DF	40 horas
Equipe da DRHI/ SEMA	Workshop sobre Segurança de Barragens	11/10/2019	Rio Branco-AC	08 horas
Glauco Lima Feitosa Luis Carlos Cruz da Silva	Visita técnica a Sedam, ANM e CPRM-RO	16 a 20/09	Porto Velho-RO	40 horas
Luis Carlos Cruz da Silva Verônica Justo de Souza Romulo Eugênio Silva de Souza Jecson Cavalcante Dutra	Mutirão ambiental	24 a 29/11	Brasiléia-AC	40 horas



# 1.6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS - DEAPS

A Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis busca promover a participação, sensibilização e capacitação das comunidades e das instituições públicas em relação aos temas da área ambiental, bem como a elaboração de agendas ambientais positivas para o serviço público. Também é responsável pela elaboração de instrumentos de gestão da Política Educação Ambiental, de forma a contribuir com o atendimento da legislação ambiental vigente, a adoção de práticas sustentáveis de produção, consumo e modos de vida, visando garantir a sustentabilidade ambiental e econômica no estado. A DEAPS é composta por três núcleos: i) Educação Ambiental: Que tem como objetivo promover ações para a sensibilização da população acreana quanto à necessidade de adotar novos padrões de produção e consumo conciliados com a capacidade de suporte do meio ambiente, por meio de capacitação de técnicos, estudantes, professores e comunitários em boas práticas ambientais e difusão da temática ambiental. ii) Arborização Urbana: O núcleo tem como objetivo orienta a população quanto a importância da arborização urbana, faz a distribuição de mudas para plantio em escolas, vias públicas, praças e residências dos munícipes..iii) Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: O núcleo busca propor ações para a aplicação da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), além de incentivar, através de programas e palestras que as empresas, bem como a comunidade em geral, tenham uma postura séria e responsável em relação a destinação adequada dos Resíduos Sólidos.

## PROJETO 15. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

O projeto tem como objetivo promover ações para a sensibilização da população acreana quanto à necessidade de adotar novos padrões de produção e consumo conciliados com a capacidade de suporte do meio ambiente, por meio de capacitação de técnicos, estudantes, professores e comunitários em boas práticas ambientais, além da difusão da temática ambiental.



O Projeto deve dar o suporte necessário aos diferentes setores de produção e desenvolvimento do Estado, no sentido de apoiar a construção de valores, conhecimentos, participação responsável e eficaz na solução dos problemas ambientais e na gestão da qualidade do meio ambiente.

## **METAS Complementar**

- Formação de 12 educadores ambientais nas APAs do Lago do Amapá, Irineu
   Serra e São Francisco;
- Formação de 70 professores nas escolas da Rede Estadual de Ensino em Rio Branco.
- Plantio de 630 mudas em vias públicas, praças, escolas e órgãos públicos, sendo 200 mudas plantadas na área do Batalhão de Operações Especiais BOPE, em Rio Branco; 200 mudas plantadas na Estrada do Irineu Serra; 30 mudas plantadas no Colégio Militar Dom Pedro II; 200 mudas cedidas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brasileia; e 300 mudas frutíferas e florestais para o Colégio Militar Dom Pedro II.

## **AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS**

Foi realizada a formação de 12 educadores ambientais nas Áreas de Proteção Ambiental do Amapá, Irineu Serra e São Francisco; formação de 70 educadores ambientais de 14 escolas rurais do município de Rio Branco, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação; realização de três palestras sobre Educação Ambiental e Difusão das Políticas Ambientais do Acre, para alunos do Curso de Agronomia da UFAC; palestra para alunos dos cursos de Biologia e Administração do Centro Universitário Uninorte com 30 participantes cada uma; palestra para a comunidade escolar do Colégio Militar Dom Pedro II, com 600 participantes; uma Oficina de Educação Ambiental durante o Workshop Políticas Ambientais do Estado do Acre.

A Divisão realizou também o plantio de 630 mudas em vias públicas, praças, escolas e instituições públicas, sendo 200 mudas plantadas na área do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, em Rio Branco, em parceria com a WWF e a



Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Semeia; 200 mudas plantadas na Estrada do Irineu Serra, em parceria com a Semeia; 30 mudas plantadas no Colégio Militar Dom Pedro II; 200 mudas cedidas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brasileia; e 300 mudas frutíferas e florestais para o Colégio Militar Dom Pedro II.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

- 70 docentes da zona rural capacitados em Educação Ambiental e participando do Projeto Agenda Ambiental da Administração Pública- A3P.
- 630 mudas plantadas em vias públicas, praças, escolas e órgãos públicos.

## **PÚBLICO BENEFICIADO**

Professores do Ensino Básico, Médio e Superior; docentes do Ensino Rural da Secretaria de Estado de Educação – SEE.

#### **PARCERIAS**

Secretaria de Estado de Educação – SEE e Escola Estadual de Ensino Médio Clícia Gadelha.

#### FONTE E RECURSO UTILIZADO

Sem custos específicos, apenas salários dos técnicos envolvidos.

## JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Estavam previstas atividades nas escolas das APAs do Amapá e do Irineu Serra. Foram realizadas articulações neste sentido, porém não foi possível sua execução devido à indisponibilidade de agenda escolar nas referidas APAs, ficando acertado a realização em data posterior a ser definida em 2020.

# PROJETO 16. PROJETO AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

O Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública", conhecido pela sigla A3P, tem por objetivo sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas



atividades rotineiras. Numa economia que ainda se caracteriza pelo elevado desperdício de recursos, é conveniente difundir os princípios da gestão ambiental na Administração Pública, considerando a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

#### **METAS**

Implementação da A3P na Sema.

## **AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS**

Elaboração da Proposta da A3P alinhada com instruções do Ministério do Meio Ambiente – MMA; composição da Comissão de A3P da SEMA; e implementação da Proposta na SEMA para posterior difusão em outras secretarias e instituições do executivo.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Proposta da A3P elaborada e alinhada a partir das instruções do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Comissão de A3P da SEMA formada;
- A3P na SEMA implementada.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Administração Pública e Servidores Públicos.

#### **PARCERIAS**

Ministério de Meio Ambiente - MMA

#### **FONTE E RECURSO UTILIZADO**

Sem custos específicos.

#### PROJETO 17. APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS marcou o início de uma forte articulação institucional, envolvendo os três entes federados — União, Estados e Municípios, além do setor produtivo e da sociedade em geral, na busca



de soluções para os problemas na gestão de resíduos sólidos que comprometem a qualidade de vida dos brasileiros.

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos qualificou e deu novos rumos à discussão, incorporando ao tema o conceito de responsabilidade compartilhada, onde cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada valorizam e fortalecem a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Neste sentido, os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pela elaboração e execução dos Planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na PNRS.

O objetivo do projeto é definir diretrizes, através da revisão do PEGIRS e implementar ações estratégicas, de forma integrada com os municípios, visando o cumprimento das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### **METAS**

Elaborar diagnóstico situacional da gestão integrada de resíduos sólidos nos 22 municípios do estado do Acre e apoiá-los na implementação da PNRS.

## **AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS**

Em 2019 foram realizadas diversas reuniões com os representantes de instituições envolvidas na temática da gestão de Resíduos Sólidos, objetivando colher e processar informações sobre a atual situação e ações que estão sendo desenvolvidas no estado do Acre para atender a PNRS.

Também se aplicou um questionário situacional sobre a implantação da PNRS às Prefeituras de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira e Santa Rosa para consolidação de informações sobre a situação da gestão de resíduos sólidos no Acre. Aos demais municípios as informações foram coletadas por meio de contato telefônico e e-mails. Os dados foram tabulados em planilha Exel, cujas informações retratam a situação atual da gestão de resíduos sólidos nos municípios do Acre.



Foram realizas duas oficinas na temática Resíduas Sólidos: i) Oficina Amazônia Legal Sem Resíduo, objetivando incentivar e minimizar a geração de resíduos sólidos no âmbito municipal da Amazônia Legal, contribuindo para fortalecer a responsabilidade dos gestores e da sociedade civil, a fim de garantir a saúde pública e a qualidade ambiental; ii) Oficina de Reciclagem Lucrativa, envolvendo temas de Educação ambiental e Gestão de resíduos sólidos, tendo por objetivo capacitar jovens e adolescentes do município de Capixaba a trabalharem com reaproveitamento de materiais recicláveis e com isso obter rendar para ajudar no desenvolvimento das atividades do Grupo de capoeira, do qual eles fazem parte. A capacitação procurou sensibilizar o público atendido, motivando-os a debater sobre as questões ambientais e contribuir para a formação socioambiental dos cidadãos, bem como adquirir uma percepção integrada do mundo, uma postura ética, responsável e solidária, desenvolvendo atitudes positivas e tornando-se multiplicadores desse conhecimento.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Diagnóstico situacional da gestão integrada de resíduos Sólidos nos 22 elaborado. Oficinas de sensibilização e capacitação na temática de Educação Ambiental e gestão de resíduos sólidos realizadas, atingindo jovens e adolescentes.

## **PÚBLICO BENEFICIADO**

Gestores municipais, representantes das Câmaras de Vereadores, Associação de catadores, Associação de moradores, Ministério Público Estadual, Superintendência da Fundação Nacional da Saúde - Funasa, representantes dos Conselhos de Saúde e Educação, representantes do Comércio e Indústria, Professores de todos os níveis escolares e representantes da Prefeitura de Capixaba.

#### **PARCERIAS**

Associação dos Municípios do Acre - AMAC, Assembleia Legislativa, Ministério Público do Estado do Acre - MPAC, Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos - CATAR, SEBRAE, FIEAC, UFAC (Projeto Plano de Saneamento Básico),



FUNASA, Associação de Catadores dos Resíduos Sólidos do Quinari – ACRESOQUI, SOS Amazônia, Prefeitos e Secretários de Meio Ambiente dos 22 municípios do Estado do Acre, Cerimonial do Governo do Estado do Acre, Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), Procuradoria-Geral do Estado do Acre – PGE, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Sistema Único de Saúde - SUS, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Governo Federal.

#### **FONTE E RECURSO UTILIZADO**

Sem custos específicos.

#### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

A Formação de educadores ambientais nas APP's do Amapá, Irineu Serra e São Francisco estava prevista para ser realizada, mas devido a indisponibilidade de agenda escolar nas referidas APA's, foram realizadas apenas articulações neste sentido, ficando acertado a realização em data posterior a ser definida.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 29 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR	NOME DO EVENTO	OBJETIVO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	LOCAL/DATA
	Gestão de Resíduos Sólidos em Casas de Farinha	Capacitar os técnicos da SEPA e da EMATER sobre a Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos nas casas de farinha	Palestrante	SEPA 12 /11/2019.
Daniele Castro		Capacitação em gestão de Resíduos Sólidos em Casas de Farinha junto a Produtores de Farinha da Cooperativa Sonho Meu da Cooperativa Sonho Meu, Caquetá- Porto Acre	Palestrante	Porto Acre 03/12/2019
		Capacitação em gestão de Resíduos Sólidos em Casas de Farinha junto a Produtores de Farinha dos municípios de Acrelândia e Plácido de Casto.		SEPA /20/11/2019



	Workshop: A gestão do selo de procedência da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul.	Contextualizar e dar visibilidade a indicação de procedência da farinha de Cruzeiro do Sul. Capacitar as instituições envolvidas sobre o sistema de controle, gestão e proteção do selo da IP da Farinha de Cruzeiro do Sul.	Participante	Sebrae/14 de outubro de 2019.
Daniele Castro	Seminário: Perspectivas da cadeia produtiva do café no Acre.	Apresentar aspectos econômicos e tecnológicos da cafeicultura na região Norte, bem como discutir estratégias para incentivar o uso de técnicas de melhoria da qualidade do café no Acre.	Participante	Sebrae/31 de outubro de 2019.

## CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 30 - Capacitação recebida

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
	Curso Construção de Aterro Sanitário de Pequeno Porte	UFAC	Início: 06 a 08 de novembro de 2019.
Daniele Castro	Curso de Qualificação: Gestão de Resíduos Coleta Seletiva e Compostagem.	AMAC	19 de Novembro de 2019
Daniele Castro, Esmília Medeiros, Luiz Fernando  Capacitação Fiscal de Contratos		PGE	26 de Novembro de 2019

#### **OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS**

- Finalização do projeto para o Edital 2019 sobre Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, pleiteando recursos para a construção de aterro sanitário nos municípios isolados do estado do Acre.
- No mês de setembro foi feito uma força tarefa com a participação de técnicos da Sema e a Associação dos Municípios do Acre - Amac para ajudar os municípios de Sena Madureira, Mâncio Lima, Capixaba e Tarauacá a escreverem propostas para concorrer ao edital.
- Elaboração do calendário do mês do Meio Ambiente (junho), que contou com a participação de todas as instituições ligadas ao Sistema de Meio ambiente.



- Participação na Caravana Agroecológica de 2019.
- Participação e apoio ao Projeto de pesquisa "Dados à Prova D'água", idealizado por pesquisadores das Universidades de Warvick (Reino Unido), Alemanha, FGV e Cento Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais Cemaden.
- Realização de 41 Programas "Planeta Acre", na Rádio Difusora Acreana, até do dia 06 de dezembro de 2019.

#### 2. DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA - DS

O Departamento de Silvicultura é um setor descentralizado da Sema que compreende três unidades de produção de mudas de espécies florestais e frutíferas: o Viveiro da Floresta, a Biofábrica de mudas micropropagadas e o Viveiro da UGAI – Rio Liberdade. É atribuição do departamento fomentar e executar a produção e distribuição de sementes e mudas para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.

#### 2.1. DIVISÃO DE VIVEIROS E FLORESTAS

A Divisão de Viveiros e Florestas compreende a produção de mudas de espécies florestais e frutíferas para: Colaborar com a política de desenvolvimento econômico-sustentável, social e ambiental do Governo Estadual, reduzindo a degradação ambiental através de fomento aos programas de incentivo ao reflorestamento desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA.

#### 2.1.1. NÚCLEO DE BIOFÁBRICA

Um dos projetos de fomento da SEMA que propõe o desenvolvimento e incentivos ao setor florestal é a Biofábrica, unidade de produção de mudas clonadas em larga escala em um ambiente controlado de laboratório, utilizando como ferramenta a técnica de micropropagação, que possibilita a produção de mudas com qualidade genética, fitossanitária e uniformidade.



## 2.1.2. NÚCLEO DE APOIO AO PRA

A SEMA atendendo ao que estabelece o Novo Código Florestal, desenvolveu o marco legal que constitui o Programa de Regularização Ambiental – PRA Acre. Dentro deste contexto, o programa prevê a regularização ambiental de propriedades e posses rurais através da implementação dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA com a implementação de SAF's em propriedades com áreas de passivos ambientais e menos de quatro módulos fiscais.

#### PROJETO 18. SILVICULTURA

O projeto tem importância estratégica para o fomento à recomposição florestal de áreas alteradas e degradadas, ao reflorestamento, aos sistemas agroflorestais, à cadeia de fruticultura, à arborização urbana e à manutenção da cobertura florestal do Estado do Acre, através da produção de mudas de espécies florestais nativas e frutíferas. O objetivo principal é a produção de mudas de espécies florestais nativas e frutíferas para fomentar a recomposição florestal de áreas alteradas e degradadas, além da manutenção da cobertura florestal do estado do Acre.

#### **METAS**

Produção de 300 mil mudas anualmente.

## **AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS**

Para o ano de 2019 o plano de produção de mudas teve como referência o Programa de Regularização Ambiental – PRA. As espécies foram selecionadas de forma que atendesse as necessidades dos programas previstos no ano, e também, espécies que pudessem ser coletadas pela equipe técnica do Viveiro, e outras oriundas de doações em parceria com a Embrapa, UFAC e pequenos produtores. Foram produzidas 300 mil mudas florestais e frutíferas.

Foram distribuídas 189.000 mudas de espécies florestais e frutíferas, sendo: Acrelândia: 32.000; Bujari: 5.000; Capixaba: 5.000; Expoacre 2019: 5.000; Expojuruá: 5.000. Nesses municípios houve o deslocamento da equipe para a



distribuição. Os demais municípios como Assis Brasil, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri também foram beneficiados com a produção do Viveiro da Floresta e Biofábrica, totalizando 137.000 mudas, através de demandas espontâneas, onde o produtor vem até o Departamento de Silvicultura fazer a solicitação e retirada. Realizou-se também o levantamento e a rastreabilidade em 10 propriedades rurais contempladas com mudas do Viveiro da Floresta, pois diariamente inúmeros produtores procuram o Departamento de Silvicultura à procura por mudas de espécies florestais e frutíferas. O principal objetivo dessa ação foi avaliar, analisar e registrar o destino das mudas expedidas pelo Viveiro da Floresta.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Total de mudas produzidas em 2019: 250.700.

Mudas em estoque: **177.266**; Mudas distribuídas: **189.000**;

Vale ressaltar que as mudas distribuídas são referentes à produção de 2018 e as mudas em **estoque** referem-se ao remanescente da produção de 2018 somadas a produção de 2019.

#### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Sociedade Civil em geral, produtor rural, municípios e órgãos estaduais, municipais e federal.

#### **PARCERIAS**

Universidade Federal do Acre - Ufac, Empresa Só Frutas, Cooperaçaí, Cooperacre, Casa do Seringueiro, Cooperativa Agroextrativista da Amazônia – Cooperam, Secretaria de Estado da Produção e Agronegócio - Sepa, Prefeituras de Bujari e Acrelândia.



#### FONTE E RECURSO DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA

A equipe de produção de mudas do Departamento de Silvicultura é proveniente de mão de obra terceirizada. O Banco Mundial – BIRD, no âmbito do PROSER é o financiador do recurso. Do início ao final do contrato com a empresa F. O. do Nascimento, foram gastos o equivalente a R\$ 712.296,00.

#### JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Os atrasos salariais ocorridos durante o ano de 2019 a equipe responsável pela produção de mudas do Viveiro da Floresta e Biofábrica, representados pela empresa F. O. Nascimento, contrato nº 77/2018, ocasionaram a desmotivação na equipe contratados pela empresa acima mencionada. O desestímulo prejudicou a execução das atividades e a equipe não atingiu as metas estabelecidas, realizando inclusive paralisações.

Outro fator determinante foi a não contratação de sementes em tempo hábil. A falta de técnicos para compor a equipe e a grande rotatividade da equipe terceirizada também comprometeu as atividades do Departamento de Silvicultura.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 31 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR	NOME DO EVENTO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	LOCAL/DATA
Tayna Neri de Souza Bortoloso/Ricardo Brasil Corrêa da Cunha	Reunião Técnica para implementação do Programa de regularização Ambiental em Rondônia para alinhamento e troca de experiências.	Participante	Rondônia 27/03/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso/Ricardo Brasil Corrêa da Cunha	Reunião Técnica com Cooperação Alemã GIZ e também com ECOPORÉ, subcontratada pela GIZ, responsável pela produção do Manual Técnico e Cartilha Produtor Rural – PRA Acre.	Participante	Rondônia 28/03/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso	Painel alto nível do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre	Participante	Rio Branco 05/06/2019
Tayna Neri de Souza /Juscélia Aparecida	Seminário – Recuperação ambienztal com fins econômicos no Acre – PRA/Acre	Participante	Rio Branco 06/06/2019



Tayna Neri de Souza Bortoloso/Ricardo Brasil Corrêa da Cunha	Workshop: Políticas ambientais do estado do Acre, expondo as espécies de mudas produzidas no Viveiro da Floresta e doação de 500 mudas para o público presente no evento.	Participante	Rio Branco 10/06/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso/Ricardo Brasil Corrêa da Cunha	Mutirão do Programa de Regularização Ambiental em Acrelândia.	Participante	Acrelândia 22/06/2019
Ângela Lima Alves/Juscélia Aparecida Batista de Almeida/ Kleto Eduardo de Alencar Castelo/ Ricardo Brasil Corrêa da Cunha/Simone de Alencar Maciel/Tayna Neri de Souza Bortoloso	Exposição do Viveiro da Floresta na 46º Expoacre.	Organizadores	Parque de Exposições 27/07 a 04/08/2019
Simone de Alencar Maciel	Exposição da produção de clones de abacaxi e banana, na mostra Viver Ciência.	Participante	Parque de Exposições 30 e 31/08/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso/Ricardo Brasil Corrêa da Cunha	Oficina de planejamento para elaboração de modelo simplificado do Programa de Regularização Ambiental – PRA – para o estado do Acre, nos dias 11 e 12 de novembro de 2019;	Participante	Rio Branco 11 e 12/11/2019
Equipe da divisão de Educação Ambiental	Exposição da produção de clones de abacaxi e banana, na mostra Viver Ciência, no Parque de Exposições, nos dias 30 e 31 de outubro de 2019	Disponibilizando o material para exposição	Cruzeiro do Sul 20 e 21/11/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso	Oficina de alinhamento, planejamento e monitoramento dos resultados das oficinas do "Modelo simplificado do Programa de Regularização Ambiental", na Confederação Nacional de Agricultura.	Participante	Brasília 05/12/2019
Tayna Neri de Souza Bortoloso	Encontro do Serviço Florestal Brasileiro - Estratégias para promoção de investimentos em Recomposição Florestal vinculados ao PRA.	Participante	Brasília 06/12/2019



## CAPACITAÇÃO RECEBIDA

Quadro 32 - Capacitação recebida

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Tayna Neri de Souza Bortoloso/Kleto Eduardo de Alencar Castelo/ Juscélia Aparecida Batista de Almeida	Plataforma SICAR ao sistema de Gestão do Viveiro da Floresta	SEMA	Rio Branco 04/04/2019

## 3. DEPARTAMENTO TÉCNICO DE GESTÃO DO JURUÁ - DTGJ

O Departamento do Juruá localizado no Município de Cruzeiro do Sul é responsável pela gestão do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG, o qual é composto pelas Florestas do Liberdade, Mogno e Gregório, com mais de 400.000 ha. Realiza o acompanhamento das ações de manejo florestal, concessões florestais e também apoia as ações de Governo no tocante à questões sociais para mais de 500 famílias que residem na referida área, sejam elas de cunho educacional, de saúde e também voltadas para agricultura familiar.

Outra demanda dentro do CFERG são as Unidades de Gestão Ambiental Integrada – UGAI, as quais além de funcionarem como ponto de apoio para a gestão da Unidade de conservação, e principalmente como suporte para todas as ações e necessidades das comunidades do interior e entorno com apoio do Governo do Estado do Acre.

#### **METAS**

- Acompanhamento das ações de manejo comunitário
- Implementação de ações que facilitem a implementação das concessões florestais
- Apoio as ações de produção agrícola familiar das comunidades do CFERG
- Manutenção das ações do Plano Nacional de Habitação Rural PNHR e apoio as divisões da Sema/Sede com ações na Regional do Juruá.
- Acompanhamento e apoio à realização das ações dos Projetos de Desenvolvimento Comunitários – PDCs.



## **AÇÕES/ATIVIDADES**

- Acompanhamento das ações de manejo comunitário;
- Apoio e articulação para viabilizar as ações de implementação das concessões florestais;
- Apoio as ações de produção agrícola familiar das comunidades do CFERG;
- Articulação e suporte às ações do Plano Nacional de Habitação Rural PNHR;
- Apoio às divisões da Sema/Sede com ações na Regional do Juruá;
- Acompanhamento e apoio à realização das atividades nos Projetos de Desenvolvimento Comunitários – PDCs;
- Apoio às ações de licenciamento ao manejo florestal

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Gestão participativa junto à comunidade
- Apoio às ações de licenciamento ao manejo florestal
- Acompanhamento junto à comunidade de concretização do manejo
- Acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pela Sema na região.

### **PÚBLICO BENEFICIADO**

Pequeno Produtor

#### **PARCERIAS**

ICMBio, Marinha do Brasil, Polícia Militar, Exército Brasileiro, SOS Amazônia, WWF Brasil e Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

#### **FONTE E RECURSO**

Fonte 500 Recurso BID/PDSA II

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Quadro 33 - Participação em eventos

NOME DO SERVIDOR	NOME DO EVENTO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	LOCAL/DATA
Gerlane, Cláudia, Francisco Dias,Carlos Almeida, Ian José, Mayara	Viver Ciência	Organização e apresentação	Cruzeiro do Sul



Herlandes	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Conselheiro suplente	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes, Cláudia	Conselho Consultivo do CFERG	Organização e ouvinte	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes, Francisco Dias	Conselho Consultivo da Arie Japiim	Organização e ouvinte	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Reunião Associação do Interior do CFERG	Organização e ouvinte	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Reunião da Resex do Riozinho Liberdade	Organização e ouvinte	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Processo de Licenciamento do Porto Fluvial para Transbordo de Combustível	Organização e ouvinte	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes, Cláudia, Gerlane, Carlos Almeida, Ian José.	Expo Juruá	Organização e apresentação	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Apoio de ações do ICMBio	Logístico	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Apoio a Marinha	Logístico	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Apoio as ações de abertura de ramais através de Veículo Aéreo não-tripulado – Vant	Logístico	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Apoio as ações do Exército Brasileiro	Logístico	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Apoio as ações do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC	Organização e logística	Marechal Thaumaturgo
Maurício Praxedes	Apoio as ações junto a missão de acompanhamento do PDSA II	Organização e logística	Cruzeiro do Sul
Alisson	Apoio as ações do desenvolvimento do Plano de Turismo do Crôa	Organização e logística	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	FIC Mandioca	Ouvinte	Tarauacá
Maurício Praxedes	Apoio com veículo no programa de expansão de energia na Resex do Juruá junto com a Energisa	Organização e logística	Cruzeiro do Sul
Maurício Praxedes	Audiências públicas da Concessão Florestal do CFERG em Cruzeiro do Sul, Tarauacá	Organização e logística	Cruzeiro do Sul/ Tarauacá



## CAPACITAÇÕES DOS TÉCNICOS

Quadro 34 - Capacitações recebidas

NOME DO SERVIDOR	NOME DA CAPACITAÇÃO	FORMA DE PARTICIPA ÇÃO	LOCAL/DATA	
Gerlane, Cláudia ,	Capacitação no Cadastro Ambiental	Alunos	Cruzeiro	do
Francisco Dias	Rural – CAR		Sul/agosto 2019	
Maurício Praxedes	Curso ICMBio sobre Manejo Florestal	ouvinte	Cruzeiro	do
			Sul/outubro/2019	



## 4. EQUIPE TECNICA E ADMINISTRATIVA DA SEMA/2019

#### **GABINETE**

## Israel Milani de Nogueira

Secretário de Estado de Meio Ambiente

#### Sandreia Ferreira da Conceição

Administração com Habilitação em Comercio Exterior Chefe de Gabinete

#### Lucellia Messias Rocha

Administração com Habilitação em Comércio Exterior, Pós-graduanda em Perícia, Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira e Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em Libras.

Auxiliar de Gabinete

### Nubya Nadla de Melo Saturnilho

Administração de Empresas. Auxiliar de Gabinete

#### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

#### **Danielle Formiga Nogueira**

Bacharela em Direito, Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico Diretora Administrativa

#### Risélia Alves de Souza Peixe

Bacharela em Administração, Especialista em Governança Pública e Gestão Administrativa Secretária

#### Maria Luana Salazar

Graduanda em Administração Estagiária.

## DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

#### Maria Marildes Nogueira de Souza

Bacharela em Ciências Contábeis Chefe do Departamento



#### Italo do Ó Ferreira

Tecnólogo em Gestão Pública; Esp. Em Docência do Ensino Superior; Pós-Graduando em Logistica Empresarial; e, graduando em Direito.

#### Maria Estela Silva da Costa

Ensino Médio Completo.

## Thayna Viana de Oliveira

Bacharela em Ciências Econômicas.

## **DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS**

#### José de Souza Araújo

Tecnólogo em Heveicultura Chefe da Divisão

## Edna Silva Araújo

Graduanda em Gestão Hospitalar

#### Vanusa Dias Lins

Bacharela em Administração de Empresa.

## **DIVISÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES**

#### Ana Maria Rodrigues da Costa

Bacharela em Administração; Esp. Em Gestão Pública e Assessoria Governamental; e, graduando em Direito Chefe da Divisão

#### Layra Lima de Araújo

Tecnóloga em Radiologia; Técnica em Administração.

### Wagner Eduardo Guimarães

Bacharel em Administração Pública; e Pós-Graduando em Logística Operacional.

#### Wikelp Castro de Souza

Bacharel em Direito; e Pós-Graduado em Direito Ambiental.



## DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

### **Edimilson Ripardo Maia**

Bacharel em Administração; Esp. Em Gestão de Pessoas Chefe da Divisão

#### Charles Laurentino Souza Araújo

Bacharel em Contabilidade; Esp. Em Auditoria e Perícia Contábil.

#### Cleylson Lima de Souza

Ensino Médio Completo.

#### Darlete Oliveira da Silva

Ensino Médio Completo.

#### Gilmar da Silva Silveira

Ensino Médio Completo.

#### José Gilberto Nascimento de Araújo

Ensino Médio Completo.

#### Maria Lenice Aguiar da Silva

Ensino Médio Completo.

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

#### **Edimilson Ripardo Maia**

Bacharel em Administração; Esp. Em Gestão de Pessoas Chefe da Divisão

## **NÚCLEO DE PROTOCOLO**

#### **Eudinha Oliveira dos Santos**

Ensino Médio Completo Chefe da Divisão

## Maria da Conceição Aquino da Silva

Ensino Médio Completo.

#### Maurineide da Silva Parada

Ensino Médio Completo.



## Nágila Maria Machado Chalub Pereira

Ensino Médio Completo.

#### Luana Maria de Santana de Oliveira

Ensino Médio Completo.

#### Maria Machado Lopes Braga

Ensino Médio Completo.

#### Venuska de Araujo Mendonça

Bacharela em Administração; Esp. Em Gestão Estratégica de Pessoas.

## **NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS**

#### **Edimilson Ripardo Maia**

Bacharel em Administração; Esp. Em Gestão de Pessoas Chefe da Divisão

#### Francisca Oliveira de Almeida

Ensino Médio Completo.

## Maria das Graças Honorato de Souza

Ensino Fundamental Completo.

## Maria de Fátima Araújo de Freitas

Ensino Médio Completo.

#### Rozenilda Viera da Silva

Ensino Médio Completo.

#### Carminha Correia de Araújo

Ensino Médio Completo.

## Thandy Ferreira Garcia da Costa

Ensino Médio Completo.

#### Gilcélio Paz da Silva

Ensino Médio Completo.



## **NÚCLEO DE ARQUIVOS INSTITUCIONAIS**

### **Edimilson Ripardo Maia**

Bacharel em Administração; Esp. Em Gestão de Pessoas Chefe da Divisão

## **DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

#### Francisca O. Almeida

Ensino Fundamental Completo

# CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CEMACT E CONSELHO ESTADUAL DE FLORESTA - CEF

#### Geraldo Israel Milani de Nogueira

Secretário de Estado de Meio Ambiente Presidente do CEF.

## Antônio Aurisérgio de Menezes Oliveira

Presidente da Fundação de Tecnologia do Acre Vice-Presidente do CEF.

#### Marília Lima Guerreiro

Engenheira Agrônoma; Especialista em administração e Manejo de Unidades de Conservação; Gestora de Políticas Públicas Secretária Executiva do CEF.

#### **Clemilda Oliveira Thomaz**

Pedagoga.

## **DIRETORIA TÉCNICA EXECUTIVA**

#### Vera Lúcia Reis Brown

Bióloga, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental | Diretora Executiva.

#### Maria da Conceição Marques de Souza

Geógrafa, Especialista em Recursos Hídricos, Mestranda em Geografia.

### Elaine Lopes da Costa

Engenheira Florestal, Mestra em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais.



# CENTRO INTEGRADO DE GEOPROCESSAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – CIGMA

#### Vera Lúcia Reis Brown

Bióloga, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental | Diretora Executiva.

#### ESCRITÓRIO TÉCNICO DO CAR E PRA

#### Cláudio Roberto da Silva Cavalcante

Geógrafo; Mestre em Desenvolvimento Regional Coordenador.

#### **André Schatz Pellicciotti**

Engenheiro Florestal; Mestre em Ciência Florestal | Responsável pelo Programa de Regularização Ambiental – PRA.

#### Amanda de Souza Holanda

Engenheira Florestal; Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental; Pós-Graduanda em Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

#### André Felipe Lima de Oliveira

Graduando em Engenheira Ambiental e Sanitária Gilberto Martins da Silveira Júnior | CST Gestão Ambiental.

#### Jardel Lima de Oliveira

Arquiteto e Urbanista.

#### Jomara Katrine Vitoriano de Souza

Gestão Ambiental; Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Pós-graduanda em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

#### Marcus Venicius da Silva Nolasco

Arquiteto e Urbanista.

#### Raquel Talita Chagas Finco Gonçalves

Engenheira Florestal; Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental; Mestranda em Ciência Florestal.



## **DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DO IMAC**

#### **Ana Claudia Pupim**

Engenheira Florestal; Especialista em Geoprocessamento Aplicado a Análise Ambiental; Mestra em Desenvolvimento Regional.

#### Saine Leonam Kador

Engenheiro Florestal; Mestre em Ciências de Florestas Tropicais.

#### **Dermeson Lima de Sousa**

Formando em Geografia e Economia; Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutor em Geografia.

# UNIDADE CENTRAL DE GESOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO DO ESTADO DO ACRE – UCEGEO

#### Antônio Marcos Costa da Silva

Arquiteto e Urbanista Técnico em Geoprocessamento

#### Djallene Rebêlo de Araújo

Licenciatura Plena em Matemática; Mestra em Ensino de Ciências e Matemática Assistente de Pesquisa e Técnica em Sensoriamento Remoto.

#### Marcelo José Silveira Lima

Bacharel em Geografia Técnico em Geoprocessamento.

#### Maria Alice Silva de Paula

Engenharia Cartográfica; Especialização em Sensoriamento Remoto; Mestra em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; Engenheira Cartógrafa Técnica em Sensoriamento Remoto.

#### Valmira Domingos de Oliveira

Geógrafa

Técnica em Sensoriamento Remoto



## SALA DE SITUAÇÃO DE MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO

#### Ylza Marluce Silva de Lima

Engenheira Florestal Responsável Técnica

#### Camila do Nascimento Marinho

Tecnóloga em Gestão Ambiental | Técnica Administrativa Assistente de Pesquisa.

#### Mayanne Barreto da Silva

Graduanda em Sistema de Informação Estagiária.

#### Tatiane Mendonça de Lima

Bacharela em Geografia Técnica Administrativa e Assistente de Pesquisa.

#### **DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E FLORESTA**

#### Vera Lúcia Reis Brown

Bióloga, Mestra e Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental Coordenadora

#### DIVISÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE - DAPBIO

#### Adriano Alex Santos e Rosário

Engenheiro Agrônomo, Pós-Graduado em Economia Regional e Políticas Públicas Chefe da Divisão de Áreas Naturais Protegidas

#### **Carolyne Maciel Sales**

Bacharelanda em Medicina Veterinária

#### Iracema Elisabeth de Souza Moll

Bióloga e Mestra em Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais

#### Mirna Pinheiro Caniso

Socióloga e Mestra em Economia e Desenvolvimento Regional Gestora da APA do Amapá.



## Júlio César Negreiros

Engenheiro Florestal

#### Jesus Rodrigues Domingos de Souza

Biólogo, mestre em ecologia, doutorando Gestor do Parque Estadual do Chandles.

#### Jurandir Pinheiro

Geografo

Gestor da Floresta Estadual do Afluente.

### Rafael Strapassom

Engenheiro Florestal

Gestor da Floresta Estadual do Antimary.

#### Ricardo Antônio de Andrade Plácido

Biólogo

Mestre em Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais.

#### **Vitor Melo Lima**

Engenheiro Florestal Especialista em Geoprocessamento Aplicado a Análise Ambiental Gestor do CEFERG

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - DDF**

#### Quelyson Souza de Lima

Engenheiro Florestal Especialista em Geoprocessamento e Mestre em Ciência Florestal Chefe da Divisão DDF.

### Layza da Silva Migueis Diniz

Engenheira Florestal e Especialista em MBA em Governança Pública e Gestão Administrativa.

#### Mácio Souza de Figueiredo

Administrador

Consultor.



## Equipe Técnica do Núcleo de Manejo Florestal Madeireiro Luciana Rola

Engenheira Florestal; Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Regional Coordenadora do Núcleo de Manejo Florestal Madeireiro

#### Anelena Lima de Carvalho

Engenheira Florestal; Mestra e Doutora em Ciências de Florestas Tropicais

#### Clarice Oliveira de Farias

Engenheira Florestal; Especialista em Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos

#### Claudia Lima Silva

Engenheira Florestal

#### Manoel Pereira de Lima

Técnico Florestal

#### José Renato Azevedo de Farias

Engenheiro Florestal e Mestrando em Ciências Florestal Técnico Administrativo.

#### Equipe Técnica do Núcleo de Manejo Floresta Não Madeireiro

#### Patrícia Roth

Engenheira Florestal; Especialista em Educação de Jovens e Adultos Coordenadora do Núcleo Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros

#### Erilene Lima Silva

Engenheira Florestal; Especialista em Práticas de Desenvolvimento e Mestra em Socioeconômica Ambiental

#### Lais Cristina Chaves de Lima

Engenheira Florestal; Especialista em Gestão Florestal e Segurança do Trabalho Consultora

#### Renata Vivian Rodrigues da Silva

Engenheira Florestal; Especialista em Gestão Florestal Consultora

### Sheilly Raquelly Orado de Paula

Engenheira Florestal; Mestra em Engenharia Florestal



## Equipe Técnica do Núcleo de Concessão Florestal Ana Paula Freire Falcão

Engenheira Florestal, Especialista em Perícia Auditoria e Gestão Ambiental Coordenadora do Núcleo de Concessão Florestal

#### **Catherine Cristina Carlos Leite**

Engenheira Florestal; Mestra em Ciências Florestal Consultora

#### Raco Tanomaru Júnior

Engenheiro Florestal, Especialista em Pericia Auditoria e Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho, Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia

#### Sandra Aguiar de Oliveira Pires

Engenheira Florestal; Mestra em Ciências Florestal Consultora

### DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL - DGAT

#### Átila de Araújo Magalhães

Geógrafo; Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Mestre em Desenvolvimento Regional

Chefe da Divisão DGAT e Coordenador dos Núcleos de Desenvolvimento Comunitário e Zoneamento Ecológico Econômico.

## Equipe Técnica de Apoio Administrativo Valdéia Batista de Souza

Gestora Ambiental

## Equipe Técnica do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário Aucemir Lima dos Santos

Biólogo; e, Especialista em Agricultura Familiar

#### Izaias Brasil da Silva

Biólogo; Mestre em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais.

#### José Augusto Gomes dos Santos

Desenhista; Bacharel em Teologia; Especialista em: Gestão Ambiental Florestal e, em Psicopedagogia.



#### Jurandir Oliveira Pinheiro Filho

Geógrafo e Licenciado em Geografia; e, Especialista em Planejamento e Administração Florestal.

#### Luana Alencar de Lima

Bióloga; e, Mestra em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais.

#### Wiclefer Castro de Souza

Engenheiro Agrônomo; Especialista em Educação Ambiental e Meio Ambiente; e Mestrando em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais.

### Equipe Técnica do Núcleo de Etnozoneamento

#### Roberto de Alcântara Tavares

Engenheiro Florestal, Mestre em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais Coordenador do Núcleo de Etnozoneamento

#### Wilian José Santos de Arruda

Antropólogo.

#### Joziane Silva Evangelista

Tecnóloga em gestão Ambiental e Graduanda em Agronomia.

#### DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

#### James Antônio Messias da Silva

Engenheiro Agrônomo; Pós-Graduado MBA em Saneamento Ambiental; Graduando de Direito

Chefe da Divisão DGRH

#### Equipe Técnica de Apoio Administrativo

#### Renato Silva de Lima

Engenheiro Florestal; Pós-Graduado em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental.

#### Vanessa Silva da Costa

Graduanda em Geografia



#### Equipe Técnica do Núcleo de Bacias Hidrográficas

#### Marilene Vasconcelos da Silva Brasil

Bióloga, Mestra em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, Doutoranda do Curso de Biodiversidade e Biotecnologia

Coordenadora do Núcleo de Gestão de Bacias Hidrográficas

#### Maria Antonia Zabala de Almeida Nobre

Geógrafa, Especialista em Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

#### Equipe Técnica do Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico

#### Ana Francisca Dias de Negreiro Silva

Licenciada em Ciências Biológicas; Especialista em Educação Ambiental; Especialista em Agricultura Familiar

Coordenadora do Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico

#### Nadir de Souza Dantas

Licenciada em Ciências Biológicas; Mestre em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais.

#### **TC James Joyce Bezerra Gomes**

Matemático – especialista em telemetria

Coordenador da Defesa Civil do Estado do Acre – Responsável pela Rede Hidrometeorológica do Acre

#### Marysson Maia da Silveira

Engenheiro Agrônomo, Pós-Graduado em Planejamento Agrícola e Saneamento Ambiental.

#### **Edvaldo Paiva**

## DIVISÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS - DEAPS

#### Luiz Fernando

Advogado

Chefe da Divisão DEAPS e Ouvidor do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - Sisa

#### Equipe Técnica da Divisão de Educação Ambiental

#### Esmília Almeida Naves de Medeiros

Engenheira Agrônoma

Chefe de Núcleo Aborização Urbana



#### Maria Rosineia da Silva Frota

Licenciada em História; Especialista em Gestão e Planejamento para Educação Básica; Mestra em Ciências da Educação.

#### Equipe Técnica da Divisão de Resíduos Sólidos

#### Daniele Lima de Castro Bezerra

Engenheira Agrônoma

#### Oziel Vieira de Souza

Graduando em Ciências Econômicas

#### Thiago Monteiro da Luz

Licenciado em Educação Física Assistente Operacional

#### **Teófilo Maia**

#### James Antonio Alves da Silva

Sociólogo

#### Janine Carol de Souza Dourado

Administradora Rural; e, Mestranda em Desenvolvimento Regional.

#### Maria Antonieta Nunes de Mello

Técnica em Credito e Finanças Agente Ambiental

#### Mavi de Souza Migues

Tecnóloga em Heveicultura; Engenheira Agrônoma; Especialista em Gestão de Recursos Hídricos; Esp. Em Perícia e Auditoria Ambiental.

#### **DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA - DSILV**

Tayna Neri de Souza Bortoloso | Engenheira Agrônoma | Chefe do Depto. de Silvicultura

#### **NÚCLEO DE SILVICUTURA**

## Ângela Lima Alves

Engenheira Florestal



#### Kleto Eduardo de Alencar Castelo

Tecnólogo em Gestão Ambiental

#### Ricardo Brasil Corrêa Cunha

Engenheiro Agrícola; M.Sc. em Desenvolvimento de Tecnologia

## **NÚCLEO DA BIOFÁBRICA**

#### Antônia Batista dos Santos

Assistente Técnico III

#### Maria de Fátima Silva dos Santos

Assistente Técnico III

#### **Katya Silene Soares Ferraz Dantas**

Assistente Técnico III

#### Vângela Maria da Cunha Silva

Assistente Técnico III

#### Paulo Vinicius de Souza Freitas

Assistente Técnico III

#### Maxsuelen Almeida da Silva

Assistente Técnico III

#### Simone de Alencar Maciel

Coordenadora Técnica

## **NÚCLEO DO VIVEIRO**

#### Rogério Rodrigues Soares

Auxiliar Técnico III

#### Raimundo Nonato Dantas Belém

Auxiliar Técnico III

#### Patrícia Elane de Lima

Auxiliar Técnico III

#### Maria Virlândia da Silva e Silva

Auxiliar Técnico III



## Maria Lúcia de Souza Barbosa

Auxiliar Técnico III

#### Luciano Oliveira do Nascimento

Auxiliar Técnico III

#### Luciana Batista do Nascimento

Auxiliar Técnico III

#### José Andres França da Silva

Auxiliar Técnico III

## Jorge Luiz Nascimento Lima

Auxiliar Técnico III

#### **Izoneide Vidal Cardoso**

Auxiliar Técnico III

#### Ismael James da Silva Costa

Auxiliar Técnico III

#### Gilda Mendes Maia

Auxiliar Técnico III

#### Francisco Carvalho da Silva

Auxiliar Técnico III

## Demosthynes de Souza Miranda

Auxiliar Técnico III

#### **Damerson do Lago**

Auxiliar Técnico III

#### Adelso Feliscíssimo Moreira

Auxiliar Técnico III

#### Manoel Gomes da Silva

Auxiliar Técnico II

### **Marivaldo Lopes Pereira**

Auxiliar Técnico I



## Maria Margareth Carlos da Silva

Assistente Técnico II

#### **Cristiano Carneiro Fernandes**

Assistente Técnico II

#### Mônica Antônio da Costa

Assistente Técnico I

#### Juscélia Aparecida Batista de Almeida

Coordenadora Técnica

Flávio José Ferreira

Maria do Rosário Lima da Rocha

Núcleo de PRA

Vilseu Ferreira

## DEPARTAMENTO TÉCNICO DE GESÃO DO JURUÁ - DTGJ

## Maurício José da Silva Praxedes

Nível Médio

Chefe do Departamento Técnico do Juruá

#### Gerlane da Silva Magalhães Lopes

Técnica em Gestão Pública/Tecnóloga em Gestão Ambiental.

#### Érica Onofre Ferreira

Nível médio.

## Francisco Dias Azevedo

Administração com habilitação em Gestão Ambiental/Pós-graduação em perícia, auditoria e gestão ambiental.

## Herlandes de Oliveira Carneiro

Nível Fundamental.